

Universidade Federal do Rio Grande - FURG
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde

Niuza Vieira Corrêa

**AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DA GESTÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO A
PARTIR DO PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA (PROEX)**

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Gionara Tauchen

Rio Grande
2014

Niuza Vieira Corrêa

**AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DA GESTÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO A
PARTIR DO PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA (PROEX)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande – FURG como requisito à obtenção parcial do título de Mestre em Educação em Ciências.

Orientadora: Dra. Gionara Tauchen

Rio Grande
2014

Niuza Vieira Corrêa

**AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DA GESTÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO A
PARTIR DO PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA (PROEX)**

Banca examinadora:

Dra. Gionara Tauchen – FURG – Orientadora

Dra. Sheyla Costa Rodrigues – FURG

Dr. Altair Alberto Fávero - UPF

Rio Grande
2014

AGRADECIMENTOS

Quero expressar aqui meus sinceros agradecimentos a todos que de uma forma ou outra, estiveram comigo ao longo desta jornada que ao chegar ao final, traz um sentimento especial de dever cumprido.

Primeiramente a **Deus** que esteve sempre presente em minha vida em todos os momentos, abençoando e renovando minha fé e esperanças para perseverar em todas as conquistas já alcançadas.

Aos meus filhos Carlos Eduardo, Alex Alan e Jorge Vinícius, que só por existirem, justifica meu esforço na busca do aperfeiçoamento intelectual na expectativa de lhes servir de exemplo na luta pela vida.

A minha querida irmã Elci, que além de amiga é também colega de Capes, cujo incentivo, força e colaboração foram imprescindíveis para o alcance desta vitória.

A minha mãe Néria, que na sua simplicidade sempre soube com amor, despertar nos filhos o valor do conhecimento.

A professora Gionara, pela orientação segura na construção deste estudo, pela presteza e atenção no atendimento às minhas dúvidas sempre que precisei.

A minha amiga Meirinha, que certamente torceu muito por mim, sempre me mandando mensagens de fé e orações me lembrando sempre que eu era capaz.

As colegas da DAV/CAA, Flávia Melissa e Alause. Em especial a Carina que não me deixou desistir, mesmo com todas as barreiras que apareceram e pela preciosa colaboração.

Aos colegas da DAV/CGI pelo fornecimento de dados sempre que solicitado.

Aos colegas da DPB que sempre pude contar com ajuda quando precisei de dados do PROEX.

RESUMO

O presente estudo tem como escopo a avaliação das estratégias de gestão dos programas de pós-graduação da Área das Ciências Biológicas II, que obtiveram notas 6 e 7 em duas avaliações trienais consecutivas que aderiram ao Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), criado pela Capes em 2004, com a finalidade de apoiar e manter o nível de desempenho dos programas de pós-graduação. O principal objetivo desta pesquisa é identificar as dimensões e atividades que norteiam o diferencial nível de excelência acadêmica, definido pela Capes para atribuição de notas 6 e 7 aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, estimulando iniciativas voltadas aos rumos e significados da internacionalização. A metodologia utilizada foi de natureza exploratória, qualitativa e descritiva, por meio da análise de relatórios financeiros dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Área das Ciências Biológicas II inseridos no PROEX, relatórios esses, fornecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e, ainda, por meio de informações fornidas (disponibilizadas) pelos programas de pós-graduação, no aplicativo Coleta de Dados, ano base 2011, disponíveis no sítio da CAPES, no caderno de indicador “Proposta do Programa”. A delimitação do estudo na Área das Ciências Biológicas II justifica-se por concentrar o maior número de programas atendidos pelo PROEX. A fundamentação teórica do estudo, além de articular-se com a análise dos dados, contemplou três eixos temáticos mutuamente integrados: o Sistema Nacional da Pós-Graduação (SNPG), o Sistema de avaliação da pós-graduação da Capes e, finalmente, a inserção internacional/internacionalização da pós-graduação brasileira. Assim, concluímos que são predominantes as ações de internacionalização Sul-Norte e a internacionalização passiva junto aos programas analisados. Concluímos, ainda, que o PROEX vem atingindo seus objetivos, pois manteve o nível de qualidade de 95% dos programas de pós-graduação participantes.

Palavras-chaves: Pós-Graduação, Avaliação, internacionalização, gestão de programas.

ABSTRACT

The present study has as an aim the valuation of the management strategies of the post-graduation programs of the Biological Sciences II Area, which have gotten the grades 6 and 7 in two consecutives triennial valuations that have adhered to the PROEX (Academic Excellence Program) created by Capes in 2004, whith the purpose of supporting and maintaining the level of performance of the Post-Graduation programs. The main goal of this research is to identify the extent and the activities that guide the differential level of academic excellence, which is defined by Capes to the assignment of the grades 6 and 7 to the *Stricto Sensu* Post-graduation, inciting some enterprises turned to the directions and meanings of the internationalization. It has been used the exploratory, qualitative and descriptive nature methodology through analysis of the financial reports of the *Stricto Sensu* Post-graduation programs of Biological Sciences II Area, which were provided by the Brazilian Federal Agency for Support and Evaluation of Graduate Education (Capes). Still, through analysis of some information given by the Post-graduation programs in the Data Collection application, base year 2011, available in the Capes' site – notebook display “Program Proposal”.

The study delimitation in the Area of biological sciences II is legitimated by concentrating the largest number of programs attended by PROEX. Besides jointing to the data analysis, the theoretical basis for this study looked on three thematic axes mutually integrated: The Post-Graduation National System (SNPG), The CAPES' Valuation System of Post-Graduation and finally, the international insertion/internationalization of the Brazilian post-graduation. Thus, we can conclude that the actions of internalization South-North and the passive internalization, added to the analized programs are predominant. Still, we conclude that PROEX has been achieving its goals, since such program has sustained the level of quality of 95% (percent) of the participating programs.

Key words: Post-Graduation, Valuation, internalization, programs management

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Notas dos programas de pós-graduação pós Trienal 2010.	38
GRÁFICO 2 - Evolução dos PPG no PROEX.	39
GRÁFICO 3 - Programas de pós-graduação atendidos pelo PROEX, nas diversas Áreas de Avaliação.	40
GRÁFICO 4 - Países parceiros na internacionalização dos programas de pós-graduação na Área das Ciências Biológicas II.	51
GRÁFICO 5 – Atividade Ativas e Passivas dos Programas	54
GRAFICO 6 – Atividades de internacionalização Ativas mais citadas	55

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Evolução do Número de Cursos de Pós-Graduação – 2003 a 2010...	22
QUADRO 2 - Número de alunos matriculados nos PPG's apoiados pelo PROEX e Número total de alunos matriculados em 2011 e 2012.	41
QUADRO 3 - Programas de pós-graduação da área de Ciências Biológicas II, inserido no Programa de Excelência – PROEX.	42
QUADRO 4 - Execução do PROEX em 2011.	46
QUADRO 5 - PROEX – Detalhamento da distribuição de Recursos – Custeio/Fomento dos PPG da Área de Ciências Biológicas II, exercício 2011.	46
QUADRO 6 - Captação de financiamento internacional.	49

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1 - Questionário encaminhado aos coordenadores dos programas de pós-graduação.....	63
Apêndice 2 – Atividades Estratégicas de Internacionalização dos Programas de Pós-Graduação.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABC – Academia Brasileira de Ciências
- ABL – Associação Brasileira de Letras
- BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento (atual BNDES)
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CAPES/Humboldt - Programa Bolsas para Pesquisa
- COFECUB – Cooperação Universitária e Científica / Brasil – França
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- COSUPI – Comissão Supervisora do Plano dos Institutos
- CRIH – Global Community of Practice
- CTA – Conselho Técnico Administrativo
- CTC-ES – Conselho Técnico Científico da Educação Superior
- DAAD - Deutscher Akademischer Austausch Dienst
- DAV – Diretoria de Avaliação
- DAU – Departamento de Assuntos Universitários
- DINTER – Programa de Doutorado Interinstitucional
- DPB – Diretoria de Programas e Bolsas no País
- FACEPE – Fundação de Apoio à Pesquisa à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco
- FADF – Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (atual FAP-DF)
- FALAN - Federación de Asociaciones de Neurociencia de Latinoamérica Y del Caribe
- FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
- FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo
- FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
- FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
- FURG – Fundação Universidade do Rio Grande
- GIZ – Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
- GTC – Grupo Técnico Consultivo
- HESPO – Human Frontier Science Program Organization

HHMIGAR – Fundação Charles Darwin

IBRO – International Brain Research Organization

ICGEB – International Centre for Genetic Engineering and Biotechnology

ICSN – International Society for Neurochemistry

ILEC - International Lake Environment Committee

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSERM – Instituto Nacional Frances de Saúde e Pesquisa Médica

MEC – Ministério da Educação

MCT&I – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MINTER – Programa de Mestrado Interinstitucional

MMA – Ministério do Meio Ambiente

NIAID - Instituto Nacional de Alergias e Doenças Infecciosas dos EUA

NIH – National Institutes of Health

NSF – National Science Foundation

OMS – Organização Mundial da Saúde

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde

PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PNPD – Programa Nacional de Pós-Doutorado

PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação

PROCAD – Programa Nacional de Cooperação Acadêmica

PROCAD-NF - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica Novas Fronteiras

PRODOC – Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de
Recém-Doutores

PRO-DOCTORAL – Programa de Formação Doutoral Docente

PROEX – Programa de Excelência Acadêmica

PROTEC – Programa de Expansão do Ensino Tecnológico

PPG – Programa de Pós-Graduação

PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

SNPG – Sistema Nacional de Pós-Graduação

TWAS - Third World Academy of Science

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIFESP – Universidade Federal do Estado de São Paulo

USP – Universidade de São Paulo

USP/RP – Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto

WESSEL – Fundação Conrado Wessel

WHO - World Health Organization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
------------------	----

CAPÍTULO 1

A CAPES E A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO.....	17
1.1 - O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA PÓSGRADUAÇÃO.....	30
1.2 – A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO.....	35
1.3 - O PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA - PROEX.....	38

CAPÍTULO 2

ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	42
-----------------------------	----

CAPÍTULO 3

IMPACTOS DO PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA NA GESTÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

A dinâmica do desenvolvimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação, promovida pelas necessidades socioeconômicas e culturais sinalizadas pela sociedade brasileira, além de dimensões geográficas e de aspectos conjunturais, revela uma realidade complexa. Há necessidade de reflexão sobre novos condicionantes e procedimentos, tais como a indução estratégica de definição de prioridades para orientação da expansão da pós-graduação e a consolidação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* com o objetivo de atingir ou manter a excelência acadêmica em ensino e pesquisa, de padrão internacional, a partir do processo de internacionalização dos programas e das instituições.

A escolha do tema foi decorrente, em grande parte, da ênfase que o Sistema de Avaliação da CAPES tem dado ao aspecto da internacionalização dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, sendo considerado o principal parâmetro da avaliação para identificação do padrão de excelência dos programas inseridos no Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG.

Outro aspecto, que motivou a realização do estudo, deveu-se a experiência da autora desta dissertação como servidora da CAPES, por três décadas, e principalmente por estar lotada na Diretoria de Avaliação (DAV) desde 2004, tendo como parte de seu cotidiano no desenvolvimento de suas atividades nessa diretoria a oportunidade de acompanhar as discussões e deliberações nas reuniões do Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) sobre os diversos temas voltados à formulação de políticas da pós-graduação.

A inserção internacional/internacionalização da pós-graduação foi exaustivamente discutida pelo referido Conselho, especialmente neste último triênio, despertando assim grande interesse na busca de um aprofundamento neste contexto, visando somar aos conhecimentos já adquiridos pela prática diária e o consequente aprimoramento profissional.

Buscando este entendimento mais aprofundado, definiu-se como objeto do presente estudo, a avaliação das estratégias da gestão da pós-graduação a partir do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), tendo em vista que o referido Programa foi instituído com a finalidade de apoiar e manter o padrão de excelência dos programas de pós-graduação, ou seja, programas avaliados pelas CAPES com notas 6 e 7 devido,

especialmente, ao atendimento do principal parâmetro da avaliação que é a inserção internacional/internacionalização.

Para o desenvolvimento da dissertação, partiu-se do seguinte problema: Como os Programas de Pós-graduação da área de Ciências Biológicas II, inseridos no Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), vem atuando no desenvolvimento de atividades estratégicas, voltadas aos rumos e significados da internacionalização, no sentido de manter o diferencial nível de excelência acadêmica definido pela CAPES para atribuição de notas 6 e 7?

O objetivo geral desta dissertação foi identificar os aspectos que norteiam o diferencial nível de excelência acadêmica definido pela CAPES para atribuição de notas 6 e 7 aos programas de pós-graduação *stricto sensu* (PPG), estimulando iniciativas voltadas aos rumos e significados da internacionalização. Esse objetivo desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos: a) investigar as atividades desenvolvidas pelos docentes e discentes dos programas de pós-graduação da área das Ciências Biológicas II, que participam do PROEX, voltadas à internacionalização (ativa e passiva); b) identificar os principais países, parceiros da internacionalização dos PPG; c) analisar as demandas e a aplicação dos recursos repassados pelo PROEX aos programas de pós-graduação; d) verificar a capacidade de captação de fomento internacional dos programas de pós-graduação participantes do PROEX.

A partir destas definições, organizamos a dissertação em três capítulos. No primeiro, discorremos sobre a CAPES e o desenvolvimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação, trazendo aspectos históricos da criação e institucionalização da agência e sua atuação na evolução da pós-graduação brasileira, principalmente junto ao Sistema de Avaliação da Pós-Graduação; a internacionalização da Pós-graduação e o Programa de Excelência Acadêmica –PROEX, trazendo um histórico do programa e seu desenvolvimento, desde a sua criação em 2004 até a avaliação trienal de 2010. No segundo capítulo apresentamos a abordagem metodológica utilizada no presente estudo.

No terceiro capítulo fazemos a discussão dos resultados obtidos na análise dos dados dos relatórios da CAPES, a respeito do PROEX e das atividades de internacionalização, desenvolvidas pelos programas da área de Ciências Biológicas II inseridos no PROEX, relatadas por meio do Sistema Coleta de Dados da CAPES, bem como das respostas fornecidas ao questionário aplicado aos coordenadores de programas da Área de conhecimento objeto deste estudo. Por fim, apresentamos as considerações finais, além de sugestões para aprimoramento das políticas voltadas à

pós-graduação, especialmente com relação ao aspecto da internacionalização e ao Programa PROEX.

CAPÍTULO 1

A CAPES E A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

A produção de conhecimentos e a formação de recursos humanos integravam os planos de aceleração do crescimento do país na década de 50. Era necessário desenvolver uma base científica nacional para dar suporte às demandas de expansão do setor produtivo, contribuindo, também, com a autonomia tecnológica. Neste período, o Brasil contava com pouco mais de 60 mil alunos no ensino superior e a pós-graduação praticamente não existia (NEVES, 2002), pois esses estudos eram realizados, basicamente, no exterior. Neste contexto, o governo criou uma comissão, sob a presidência do ministro da Educação para promover uma campanha de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior e atender às necessidades de docentes das universidades (BARROS, 1998). Assim, foi criada, por meio do Decreto n. 29.741/51, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES.

O decreto declarava como objetivos da Campanha: “assegurar a existência do pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento econômico e social do país” e “oferecer aos indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamento.”

Em 1953, o Ministério da Educação e Saúde foi desmembrado em dois e a Campanha ficou a cargo do Ministério da Educação. “A Capes, então, respondia diretamente ao Ministro da Educação, através do Secretário Geral da Comissão, por ele designado” (CORDOVA, 1996, p. 30).

A criação da CAPES não foi assim um fato isolado. Foram várias as instituições e agências públicas criadas nesses primeiros meses de 1951, entre elas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, atual BNDES, e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), com os quais a CAPES, ao longo destes 50 anos, interagiu na formulação e implementação de uma nova política de desenvolvimento científico e tecnológico. (FERREIRA; MOREIRA, 2002).

Para Bianchetti (2009, p. 38), a CAPES foi criada por meio de uma política de governo que objetivava, “[...] via criação de cursos de pós-graduação, estímulo à organização e ao desenvolvimento de projetos, indução a pesquisa, contribuição para

melhorar a posição do país no cenário mundial.” Sobre os anos iniciais da CAPES, Pasquali (1984 p. 252), afirma que

(...) a CAPES, durante aproximadamente uma década, perseguiu a realização de seus objetivos, promovendo estudos e pesquisas para fornecer indicadores sobre as necessidades de treinamento de recursos humanos em diferentes níveis de especialização. Os estudos e pesquisas patrocinados neste período têm como problemática comum as condições socioeconômicas do país e a necessidade de expandir o campo da educação. Concomitantemente, visando fomentar o desenvolvimento de recursos humanos, a CAPES concedia bolsas para a especialização de docentes e profissionais predominantemente no exterior.

Pode se afirmar que a concessão de bolsas, tanto no país como no exterior, era, para a CAPES, seu principal instrumento na consecução de seus dois macros objetivos: a formação de pessoal de alto nível e o desenvolvimento da pós-graduação nacional. (CAPES, 2011, p. 45).

O Decreto 53.932 de 26 de maio de 1964 redefiniu o status institucional da “Campanha”, que passou a ser denominada “Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior”, com a mesma sigla CAPES, e a incorporação dos programas criados nos governos anteriores e vinculados à Diretoria de Ensino Superior, como Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI) e Programa de Expansão do Ensino Tecnológico (PROTEC). A CAPES, então, volta a ser subordinada diretamente ao Ministério da Educação e Cultura e, conforme o Artigo 1º, “poderá regulamentar atividades e aprovará regimentos internos”.

Assim, os objetivos da CAPES foram reformulados nos seguintes termos:

Art. 2º A CAPES terá como objetivo a formulação e execução de programas anuais de trabalho, orientados com os seguintes propósitos:

1. Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, promovido em função das prioridades ditadas pelas necessidades do desenvolvimento econômico e social do País;
2. colaboração com as Universidades e Escolas Superiores do país proporcionando-lhes assistência técnica no sentido da melhoria dos seus padrões de ensino e de pesquisa;
3. apoiar Centros de Pesquisa e Treinamento Avançado, que possam colaborar em programas de formação e adestramento de pessoal graduado e estimular a formação de centros da mesma natureza de que seja carente o país;
4. coordenar, respeitada a autonomia das Universidades, os planos nacionais de expansão de matrículas nas áreas em que haja maior demanda, facilitando, ainda, o suprimento de recursos adicionais ou extraordinários que se façam necessários ao cumprimento desses mesmos planos;
5. a realização de levantamentos, estudos e pesquisas sobre os problemas envolvidos em seu campo de ação;
6. a administração das bolsas de estudo oferecidas pelo Governo Brasileiro a elementos estrangeiros para cursos de graduação e pós-graduação no Brasil;
7. a promoção de encontros de professores e pesquisadores visando elevar os padrões de ensino e difundi-los por todo o país.

É importante observar que a redefinição das atribuições da CAPES como características gerais, reitera os objetivos anteriores e os atualiza, incorporando atividades que vinham se consolidando em função da atividade do órgão, isto é, para Córdova (1996, p. 72):

aperfeiçoamento, assistência técnica, programas de formação e 'adestramento' de pessoal, planos de expansão de matrícula em áreas de maior demanda, suprimento de recursos, bolsas oferecidas a estrangeiros, realização de levantamentos, estudos e pesquisa, promoção de encontros de professores e pesquisadores são um elenco de expressões que caracterizam um novo estilo "funcional e pragmático" se corporificando na esfera da CAPES e, a bem dizer, em boa medida reiterando o que já vinha acontecendo.

A redefinição do status institucional da CAPES, pelo Decreto nº 53.932/64, alterou também a condição de dependência de recursos internos, permitindo a possibilidade de empréstimos externos como fonte de financiamento de seus programas institucionais (CAPES, 2011).

Os auxílios da CAPES deveriam ter caráter complementar aos recursos dos Centros de Treinamento, destinados ao cumprimento de programas específicos de formação de pessoal ou desenvolvimento, e a modalidade de repasse teriam caráter temporário, ficando a continuidade dos programas sob a responsabilidade das universidades e dos seus recursos orçamentário.

O decreto tratava, também, de destinar à CAPES as dotações consignadas no Orçamento Geral da União para 1964 para a própria entidade, inclusive as dotações destinadas à COSUPI e ao PROTEC, órgãos até então extintos.

Ainda em 1964, outro decreto, sob nº 54.356, dispunha sobre o regime e funcionamento da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em grande parte detalhando o decreto anterior. O Artigo 1º reafirma a finalidade básica da CAPES como sendo a de orientar e executar as atividades relacionadas com pessoal de nível superior. Porém, duas novas atividades foram propostas: supervisão dos estabelecimentos mantidos pelo governo em centros educacionais estrangeiros (Casas Brasil) e incentivo à implantação do regime de tempo integral para o pessoal docente de nível superior.

Para atender às suas finalidades, o Artigo 3º do decreto assegura a possibilidade de celebrar convênios ou contratos, bilaterais ou multilaterais, com instituições privadas ou públicas, sendo que os recursos financeiros resultariam de dotações orçamentárias (à conta do Fundo Nacional do Ensino Superior), de contratos,

convênios e acordos e de dotações e legados. Tais recursos deveriam ser depositados no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal.

O ano de 1965 é de grande relevância, quando é publicado o Parecer nº 977/65, do Conselho Federal de Educação, conhecido como Parecer Sucupira, que conceituou e normatizou a pós-graduação no Brasil. Desde a institucionalização, ocorreu um crescimento exponencial dos programas, nas mais diversas áreas do conhecimento, ampliando, progressivamente, o número de titulações de mestres e doutores no país.

Segundo Córdova (1996, v. II, p.139), por volta de 1970, novo decreto publicado em junho, reconheceu como sendo função da CAPES, a coordenação das atividades de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, em especial de docentes de ensino superior e a colaboração na implantação e desenvolvimento de centros e de cursos de pós-graduação, além das atividades já tradicionais. O destaque foi a transformação da CAPES em órgão autônomo do MEC, apesar de condicionar sua articulação com o Departamento de Assuntos Universitários – DAU, com o CNPq e demais órgãos ou entidades de atribuições correlatas. Instituiu ainda, o Fundo de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – FAPES, visando garantir a autonomia financeira da CAPES.

No ano citado acima, foram criados os Centros Regionais de Pós-Graduação. A CAPES teve sua sede transferida do Rio de Janeiro para Brasília em 1974. Como escreve Ferreira e Moreira (2002, p. 21), “[...] os anos compreendidos entre 1974 e 1989 veriam o desabrochar da pós-graduação.” O início do período de 1974, ainda de acordo com as autoras, “[...] foi marcado por uma nova racionalidade para o setor da pós-graduação, em que se procurou definir novas finalidades, metas, competências, responsabilidades e recursos.”

A constatação de que a pós-graduação assumiu relevância estratégica para o desenvolvimento do ensino superior se dá com a elaboração do I Plano Nacional de Pós-Graduação, pelo Conselho Nacional de Pós-Graduação, também recém-criado sob a presidência do Ministro da Educação, e que reunia representantes das principais instituições responsáveis pelo sistema nacional de ciência e tecnologia e pelo sistema universitário brasileiro - Secretaria Geral do MEC, Conselho Federal de Educação, Secretaria de Planejamento, DAU, CAPES, CNPq, BNDE, FINEP, UnB, UFMG, USP e PUC-RJ. O I PNPG definiu como principais atribuições da agência a orientação, implantação, acompanhamento e avaliação dos programas de capacitação de docentes e de recursos humanos.

Funções e responsabilidades das instituições envolvidas com o sistema de pós-graduação foram também redefinidas e compatibilizadas neste período, visando evitar sobreposições e conflitos de interesse, bem como, para garantir uma ação integrada e cooperativa e também impedir um processo de crescimento espontâneo e desordenado causado pela duplicidade de esforços.

Assim, o I PNPG incentivou uma ação coordenada entre a CAPES e o CNPq, definindo aquela como órgão de apoio à formação e ao aperfeiçoamento de pessoal e o CNPq como órgão fomentador da pesquisa.

Ainda neste período, foi publicado o Decreto nº 74.299 de julho de 1974, alterando a estrutura da CAPES e seu estatuto passou a ser “órgão central superior, gozando de autonomia administrativa e financeira”. O novo Regimento Interno incentivou a colaboração com a direção do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) na política nacional de pós-graduação; a promoção de atividades de capacitação de pessoal de nível superior, a gestão da aplicação dos recursos financeiros, orçamentários e de outras fontes nacionais e estrangeiras; e a análise e compatibilidade das normas e critérios do Conselho Nacional de Pós-Graduação.

Ainda que informal, o início da participação da comunidade acadêmica na CAPES ocorreu neste período, uma vez que a gestão de Darcy Gloss passou a recorrer à colaboração de consultores para a análise das solicitações de bolsas de estudo, para entrevistas com candidatos, avaliação de cursos, recomendações de cotas de bolsas, para elaboração, implantação e avaliação de projetos de interesse da política definida pela agência. Embora os pareceres, estudos e avaliação não tivessem poder deliberativo, subsidiavam as decisões do CTA. A partir de 1977, essas consultorias assumiram a forma de comissões e posteriormente foram institucionalizadas, com seus presidentes passando a integrar um conselho técnico, com direito a participação no conselho superior da CAPES.

Comparando a pós-graduação brasileira com a implantação em outros países, evidencia-se que esta é muito recente. Contudo, os dados existentes no (Relatório de Gestão 2004-2010 da CAPES, p. 133), constata de forma inequívoca que a pós-graduação adquiriu uma dimensão imponente no conjunto do sistema de ensino superior do país e desenvolveu em um contexto político complexo, tendo sua expansão e importância cada vez mais acelerada. Analisando o conjunto de programas e cursos inseridos no sistema de pós-graduação no período de 2003 a 2010, considerando os cursos avaliados nas trienais e também aqueles que ao serem aprovados entram em

funcionamento nos interstícios dos triênios, esses cursos, ao final de 2003 totalizaram 2.820 e passaram, em 2010, para 4.393, com um aumento de 55,8%. Os mestrados acadêmicos aumentaram 50,5%, os mestrados profissionais 152,7% e os doutorados, 54%, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Evolução do Número de Cursos de Pós-Graduação – 2003 a 2010

NÍVEL	ANO		
	2003 (A)	2010 (B)	B/A%
Doutorado	986	1.518	54,0%
Mestrado	1.722	2.592	50,5%
Mestrado Profissional	112	283	152,7%
Total	2.820	4.393	55,8%

Fonte: SNPG/CAPES

Historicamente, a organização do Sistema Nacional de Pós-Graduação, coordenado pela CAPES, ocorreu a partir da constatação de que a expansão da pós-graduação deveria ser objeto de planejamento estatal. Conforme destacado no atual PNPG 2011-2020, “quando foi criado, [...] o SNPG tinha inicialmente a missão de qualificar os professores das universidades. Essa missão foi sendo ampliada e o sistema passou a contribuir para a formação de novos pesquisadores e para a ampliação da pesquisa nacional” (p.156).

A necessidade de criação de política específica para a pós-graduação foi reconhecida a partir das atividades de um grupo de trabalho constituído junto ao MEC, o qual “propôs a criação do Conselho Nacional de Pós-Graduação – CNPG (Dec. 73.411, de 4/1/74), órgão colegiado interministerial, com a incumbência de definir uma política nacional de pós-graduação [...]” (BARROS, 1998, p. 116). Esta foi evidenciada através da elaboração do I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 1975-1979), integrado, do ponto de vista estratégico e operacional, ao Plano Setorial de Educação e Cultura (PSEC) e ao II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT). No diagnóstico da situação da pós-graduação da época, dentre os problemas, destaca-se a concentração geográfica que vem provocando “[...] um indesejável processo de migração pós-universitária em um único sentido predominante - do interior para as áreas das grandes capitais - sem a necessária contrapartida do retorno do pessoal aos seus locais de origem” (BRASIL/MEC/CAPES/SNPG 2011-2020, p. 11).

Dentre o conjunto de trabalhos considerados essenciais para a formulação e compreensão da política de pós-graduação, de pesquisa em nível de pós-graduação, o I PNPG, sinaliza que para “[...] a capacitação dos docentes de instituições brasileiras seja programada em função das capacidades de atendimento dos cursos aqui localizados; nos casos específicos de impossibilidade de atendimento no âmbito nacional, devem ser programados convênios e intercâmbios com instituições estrangeiras.” (BRASIL/MEC/CAPES/PNPG 2005-2010, p. 120).

Com objetivo elevar o desempenho global do sistema de pós-graduação, o I PNPG prevê também, a realização de encontros e seminários para discussão conjunta de assuntos de pós-graduação em nível regional, setorial, nacional e internacional como uma das medidas de estímulo e incentivo, oferecidas pelos órgãos de política educacional às instituições, “no sentido de assessorá-las para o encaminhamento de iniciativas e reformulações de suas atividades.” (BRASIL/MEC/CAPES/PNPG 2005-2010, p. 142).

Neste diagnóstico já se percebe que a abertura de novos cursos, a ampliação dos já existentes e o atendimento em escala nacional dependem, sobremaneira, da fixação dos doutores em todos os setores e nas várias regiões geoeeducacionais do país. O II PNPG (1982 -1985) expressou preocupações com a estabilidade política e financeira dos programas, com a elevação da qualidade e dos processos de avaliação, com a redução das disparidades regionais, institucionais e setoriais que marcam a pós-graduação e com a alteração das condições de absorção dos egressos da pós-graduação. Considerava que era necessário “assegurar a absorção de um número crescente de mestres e doutores e dar-lhes condições para o efetivo exercício de sua capacidade produtiva e criativa” (BRASIL/MEC/CAPES/PNPG 2011-2020, p. 11). Neste sentido, o estudo realizado por Spagnolo e Gunteher (1986) sobre o destino profissional dos mestres e doutores brasileiros, nos anos 80, verificou-se que cerca de 70% dos egressos dos cursos de mestrado e de doutorado foi absorvido por instituições de Educação Superior.

O III PNPG (1986 -1989) incluiu medidas específicas para a institucionalização da pesquisa, com destaque nos orçamentos das universidades, verbas para a pesquisa e reestruturação da carreira docente, visando a valorização da produção científica e a atualização das bibliotecas e laboratórios. Embora já abordada nos Planos anteriores, a desigualdade regional foi novamente enfatizada, mostrando a necessidade das

instituições de ensino e pesquisa da Amazônia receberem maior atenção, sobretudo na formação e fixação de recursos humanos.

O Plano também enfatizou a institucionalização da integração da pós-graduação ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e visa a necessidade de expansão da base científica nacional e ao atendimento do conjunto dos cursos de pós-graduação, ainda com baixo desempenho. Neste contexto, foram orientadas medidas consideradas essenciais para o aumento da qualidade da pós-graduação no âmbito global, dentre elas a necessidade de um tratamento mais minucioso para treinamento no exterior, conjugado a investimentos nos cursos de doutorado no país, com exigência de um monitoramento mais detalhado sobre os cursos no nível de doutorado, com vista a evitar sua saturação. O plano relevou a necessidade de os doutorados no país serem complementados com estágios de menor duração no exterior e evidenciou que algumas áreas ainda dependiam fortemente do treinamento no exterior, tendo em vista necessidade de formação em massa, pela incipiência dos cursos existentes ou até pela inexistência de cursos no país (BRASIL/MEC/CAPES/PNPG 2005-2010 P. 206).

O III PNPG explicitou ainda, a importância da continuidade e do reforço aos programas de cooperação técnica internacional, “como mecanismo para viabilizar o intercambio de docentes e pesquisadores com seus pares no exterior, visando o desenvolvimento de projetos comuns de ensino e pesquisa, para proporcionar maior flexibilidade nas estruturas dos cursos e também nas oportunidades de formação oferecidas pelo sistema de pós-graduação”. (BRASIL/MEC/CAPES/PNPG 2005-2010, p. 206).

Em 1978, a CAPES assinou um dos principais acordos de cooperação internacional com o *Comité Français d’Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil*, conhecido como Acordo Capes-Cofecub, com o objetivo de criar e fortalecer programas de pós-graduação na região Nordeste, ampliando-se, posteriormente, para outras regiões. Contudo, este Acordo voltava-se, exclusivamente, para o ensino e não para a pesquisa (FERREIRA; MOREIRA, 2002).

Observa-se, também, que as décadas de 80 e 90, ações articuladas entre representantes do Ministério da Educação, Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia foram responsáveis pela expansão do processo de internacionalização da educação superior, em razão dos investimentos canalizados na criação e consolidação de institutos de pesquisa, especializadas em áreas consideradas estratégias pelas políticas públicas (LIMA; CONTEL, 2009). Neste período, foram

muitos os esforços para estabelecer cooperação com a Alemanha, Espanha, Portugal, Argentina, Austrália e, posteriormente, Israel, Holanda, Bélgica, procurando ampliar o circuito que, na época, voltava-se mais aos Estados Unidos, Inglaterra e França.

O IV PNPG, cuja pauta de trabalho foi formulada em 1996, não foi concretizado. No entanto, diversas recomendações da Comissão Executiva encarregada da sua formulação foram implantadas pela CAPES, tais como a expansão do sistema, a diversificação do modelo de pós-graduação, mudanças no processo de avaliação e a inserção internacional da pós-graduação. Estas orientações foram acompanhadas por políticas educacionais que induziram a expansão da Educação Superior, em instituições e matrículas, ampliando o mercado de trabalho para os egressos da pós-graduação. A Lei n. 9.394/96, por exemplo, definiu que o credenciamento das universidades demandava o mínimo de 1/3 de mestres e doutores no corpo docente e o desenvolvimento da pesquisa institucionalizada. Por outro lado, conforme observa Velloso (2005), neste período foi restringida a ampliação do corpo docente das instituições federais. “Esse virtual congelamento do número de vagas gerou, no setor público federal, uma forte queda no ritmo da procura por mestres e doutores em todas as áreas e certamente orientou parte da oferta para o setor privado” (p.42). Contudo, as evidências empíricas são esparsas e temporais, pois as políticas que se sucederam na virada do século ampliaram o quadro das instituições e das vagas nas instituições públicas federais.

Os dados do Senso da Educação Superior demonstram que em 1994, havia 16.850 doutores atuando nas instituições públicas e 4.476 nas instituições privadas. Em 2002, este número aumentou para 31.604 e 17.189, respectivamente, evidenciando que o número dobrou nas instituições públicas e quadruplicou nas instituições privadas no período. No entanto, mesmo considerando o aumento das contratações de doutores nas instituições privadas, estas não ultrapassaram o número de contratações das instituições públicas. Já o número de mestres, no período, permaneceu praticamente o mesmo nas instituições públicas e quadruplicou nas instituições privadas (BRASIL/MEC/INEP, 2003).

Quanto ao atendimento às recomendações de mudanças no processo de avaliação e inserção internacional, cabe citar as seguintes alterações adotadas pela CAPES no modelo para serem implementadas na avaliação de 1998: subordinação da recomendação de cursos ou programas novos ao processo regular de avaliação; extinção do Grupo Técnico Consultivo GTC e a criação do Conselho Técnico Científico – CTC

(atual CTC-ES); a adoção do princípio de avaliação continuada; realização da avaliação geral a cada triênio e por programa de pós-graduação; mudança na escala de conceito de E a A para nota de 1 a 7, sendo 7 o ápice, 5 a nota máxima a ser atribuída para programas que só possuam o nível de mestrado e 3, a nota correspondente ao padrão mínimo de qualidade para a pós-graduação *strictu sensu*. Foi adotado como referência de padrão de qualidade relativos a cada área - a nota 5 correspondendo ao anteriormente estabelecido com “Perfil para um curso A” - a adoção de critérios de identificação dos cursos/programas com “padrão internacional”, classificando cursos/programas com notas 6 e 7 aos padrões internacionais de excelência.

A referida mudança da escala de conceito para nota permitiu uma maior diferenciação qualitativa dos programas. Outro elemento importante na busca de fundamentar o processo de avaliação de 1998, refere-se a implantação, ainda que parcialmente em algumas áreas, do Sistema Qualis Periódico, que é referência no meio acadêmico, consiste de uma lista de veículos “utilizados pelos programa de pós-graduação para divulgação da produção intelectual de professores, pesquisadores e estudantes dos cursos de mestrado e doutorado. As publicações são divididas em categorias indicativas de qualidade – A, B ou C – e do âmbito de circulação – local nacional ou internacional” (CAPES, 2013).

Outra referência relevante ao reforço para a inserção internacional dos programas de pós-graduação, são os programas de Parcerias Universitárias Binacionais, criados em 2001, visando principalmente aumentar o intercâmbio de estudantes de graduação, além de fomentar o intercâmbio de alunos de pós-graduação e professores, através de parcerias implementadas entre Universidades brasileiras e estrangeiras. Cabe ressaltar a grande contribuição para este processo por meio dos Acordos Bilaterais, principal atividade de Cooperação Internacional da CAPES, que fomenta projetos conjuntos de pesquisa entre grupos brasileiros, preferencialmente que estejam ligados a programas de pós-graduação com notas 5, 6 e 7, e estrangeiros (CAPES, 2013).

Neste processo, o próximo Plano, que devido à longa interrupção da série, recebeu a denominação de Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010, teve como objetivo principal a definição de novas diretrizes, estratégias e metas, visando a continuidade e o avanço das propostas para a política de pós-graduação e pesquisa, tornando o país mais competitivo nas áreas de educação, ciência e tecnologia. De acordo com dados disponíveis à época, constatou-se que o SNPG, apresentava enormes assimetrias e desequilíbrios no seu funcionamento, tanto do ponto de vista regional,

intra-regional e entre estados, como também no que concerne à evolução de várias áreas disciplinares tradicionais e novas áreas na fronteira do conhecimento, evidenciando a necessidade de políticas de indução, sem as quais continuaria ocorrendo a ampliação do Sistema, mas inalteradas as suas assimetrias.

Assim, considerando a necessidade de crescimento equânime do SNPG, o PNPG 2005-2010 buscou estabelecer diretrizes de indução para orientar as ações da CAPES no período. Neste sentido, alguns Programas ilustram esta iniciativa: o Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD), visando promover, entre outros aspectos, a interação científico-acadêmica constituindo redes de cooperação, contribuir para o equilíbrio regional da pós-graduação brasileira, ampliar a formação de mestres e doutores, a produção científico-acadêmica e propiciar a mobilização docente e discente. O Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (PRODOC), visando estimular o desenvolvimento de projetos institucionais que contribuam para a complementação da formação de recém-doutores; o fortalecimento de grupos de pesquisa e a diversificação interna destes mediante a participação dos egressos de cursos de doutorado de outras instituições do país e do exterior; as parcerias para a realização de mestrados e doutorados interinstitucionais, por meio dos MINTER e DINTER. O Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), visando absorver temporariamente novos doutores, com relativa experiência em pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como apoiar empresas de base tecnológica e inovação nas empresas.

Muitos Programas foram criados para reduzir as assimetrias inter-regionais e entre Estados, tais como o Acelera Amazônia; DINTER Novas Fronteiras; PRODOUTORAL e PROCAD Novas Fronteiras, caracterizando-se o PNPG 2005-2010 pela indução estratégica nas atividades de pós-graduação, pelo aprimoramento do processo de avaliação, pela preocupação com solidariedade entre programas de pós-graduação e seu impacto social; pela expansão da cooperação internacional e combate às assimetrias, entre outros aspectos.

O PNPG (2005–2010) orientou o estímulo à cooperação internacional por intermédio das universidades, de tal forma que o intercâmbio entre alunos e professores fosse institucionalizado, de forma a permitir inclusive a submissão de projetos de captação de recursos junto às agências de fomento internacionais. Como estratégias para o atendimento das referidas orientações, as seguintes modalidades de cooperação internacional foram sugeridas:

- . Ampliação do atual modelo de parceria institucional, dentro de uma relação de reciprocidade e simetria entre instituições nacionais e estrangeiras. Tais parcerias envolveriam intercâmbio recíproco de alunos e professores em projetos de pesquisa específicos, bolsas-sanduíche para os alunos, estágios de curto prazo para professores e estágios para recém doutores;
- . Intensificação dos programas de intercâmbio, visando ao compartilhamento na orientação de doutorandos com pesquisadores atuando no exterior em áreas de interesse estratégico para o país;
- . Apoio a estágio de pós-doutoramento para jovens doutores, tendo como base a qualidade do projeto a ser desenvolvido;
- . Ampliação do intercâmbio institucional de estudantes de graduação visando a seu futuro ingresso na pós-graduação;
- . Estímulo a parcerias e formação de redes de pesquisa na cooperação Sul-Sul, como suporte à formação de recursos humanos em áreas prioritárias e de interesse comum. (BRASIL, 2012, p. 62).

Os Planos Nacionais de Pós-Graduação, conforme Ferreira e Moreira (2002) direcionaram a institucionalização e a consolidação do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Por meio da elaboração dos Planos, realizaram-se diagnósticos sobre a situação da pós-graduação no país, dos quais decorreu um conjunto de metas e ações.

Em 2007, a Lei nº 11.502/07 acrescentou à missão original da CAPES, o encargo de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais e docentes da Educação Básica. Para o cumprimento de tal missão, diretrizes foram adotadas como formulação de políticas para a Educação Superior e para a formação de professores da Educação Básica: apoio à capacitação de docentes e pesquisadores, por meio de programas de fomento; concessão de bolsas de estudo e de financiamento a projetos de ensino e pesquisa, visando o fortalecimento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* integrantes do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG); acompanhamento e a avaliação do desempenho dos programas de pós-graduação de todo o País e o acesso à divulgação da produção científica.

O atual PNPG 2011–2020, integrado ao Plano Nacional de Educação (PNE), traz como principais desafios à expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à Pós-Graduação; redução das assimetrias; criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua associação com a pós-graduação; o aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de C,T&I; a multi e a interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas da pesquisa; o apoio à educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino (BRASIL/MEC/CAPES/SNPG 2011-2020).

No contexto da internacionalização o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 recomenda que, na expansão dos cursos de pós-graduação, deve ser considerada a busca da excelência e de novos conhecimentos, evitando-se a endogenia. Para tanto, orienta a busca de maior interação entre instituições brasileiras e internacionais. As sugestões apresentados no referido Plano, para o alcance dos objetivos previstos, são: a ida de mais estudantes brasileiros ao exterior para realização de doutorado; o estímulo a vinda de pesquisadores estrangeiros ao Brasil e o acréscimo de publicações envolvendo instituições estrangeiras (BRASIL/MEC/CAPES/SNPG 2011-2020).

Assim, buscando atingir os objetivos traçados pelo referido plano, a CAPES ampliou o sistema de bolsas no país e no exterior, que vem contribuindo significativamente na capacitação de docentes e pesquisadores vinculados as instituições de ensino superior brasileiras. Outro avanço que vem sendo alcançado pelo plano é a organização de uma política efetiva de auxílio financeiro aos programas de pós-graduação.

A CAPES tem reforçado sua interação com a comunidade científica na apreciação de mérito das solicitações e avaliação dos programas de pós-graduação.

Neste contexto foram lançados, no âmbito da Diretoria de Programas e Bolsas no País e Diretoria de Avaliação - DAV, novos editais de programas já existentes como PROCAD, PROCAD Novas Fronteiras; DINTER e outros.

Ressalta-se também, a atuação efetiva da DAV junto à comunidade científica na organização de seminários e grupos de trabalho com objetivo de debater sobre o tema inter e multidisciplinaridade, buscando reforçar tal linha de atuação no contexto de cada área de avaliação.

Na Diretoria de Educação Básica, alguns programas podem ilustrar as ações desenvolvidas pela CAPES, no âmbito do atual PNPG, tais como, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID; o Observatório da Educação - OBEDUC; O Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica - PARFOR etc.

A CAPES vem atuando considerando o princípio de que a expansão e a consolidação da qualidade da pós-graduação no país exige uma forte cooperação em rede entre grupos de pesquisadores nacionais e estrangeiros, possibilitando a inserção internacional da pós-graduação brasileira.

Destacam-se neste sentido, o reforço e a ampliação da cooperação internacional promovida pela CAPES por meio de convênios e acordos firmados com a Alemanha,

Estados Unidos, Inglaterra e países latino-americanos, além do pioneiro Acordo Capes Cofecub. Cabe ressaltar também, o lançamento do programa Ciência sem Fronteiras com a finalidade de consolidar, expandir e internacionalizar a ciência e tecnologia, por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.

1.1 - O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Mesmo antes da institucionalização do Sistema de Avaliação dos Programas de Pós-graduação, a CAPES contava com a colaboração dos pesquisadores por meio de pareceres, estudos, recomendações que subsidiavam as decisões o Conselho Técnico de Administração (CTA), que substituiu o Conselho Deliberativo. A partir de 1977, as atividades de consultoria acadêmica passaram a ser realizadas sob a forma de comissões, sendo institucionalizadas em 1978 (CÓRDOVA, 1996, v. II, p. 189).

Segundo Closs (1976, p.8), com a crescente expansão dos cursos de pós-graduação e o temor do comprometimento da qualidade da pesquisa verificou-se a “necessidade de controle dos cursos de ensino pós-graduado”, surgindo assim a sistemática de avaliação da CAPES.

No registro feito pelo professor Darcy Closs, na apresentação do livro “Sistemas de Credenciamento dos Cursos de Pós-Graduação”, outro fator que motivou a implantação da referida sistemática foi:

[...] aprimorar a sua processualística de distribuição de bolsas e de auxílios, a CAPES implantou uma sistemática de avaliação, através de comissões de assessores que efetuariam, entre outras considerações visitas às instituições de ensino superior ou centros, para verificarem as condições atuais dos cursos, especialmente quanto a massa crítica e qualidade das dissertações ou teses produzidas (CLOSS, 1976, sp).

Uma política de Acompanhamento e Avaliação, a partir daí, começava ser implantada e reiterada no lançamento do I PNPG. Implantado em 1976, o Sistema de Avaliação da Pós-graduação vem cumprindo o papel fundamental de desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica no Brasil. Para Closs (2002, p. 74), o sistema de avaliação tinha a função principal de identificar os cursos que possuíam qualidade acadêmica e científica e também os que tinham produtividade para subsidiar na distribuição de cotas de bolsas. Entretanto, o primeiro registro oficial da avaliação ocorreu 1978, conforme Cordova (1996, v. II, p. 192).

A ampliação, das atividades de avaliação, ocorreu no início de 1979, quando variados aspectos dos programas passaram a ser considerados. Maior complexidade foi introduzida ao processo, exigindo importantes implicações gerenciais por parte da CAPES. A avaliação iniciou-se em virtude da distribuição das bolsas que, da concessão individual passou a ser institucional (FERREIRA ; MOREIRA, 2002).

O modelo de avaliação da CAPES, ao longo dos tempos, sofreu alterações significativas, as quais que foram implementadas na avaliação de 1998: exigência de submissão à recomendação de cursos/programas novos à ao processo regular de avaliação; extinção do Grupo Técnico Consultivo – GTC e criação do Conselho Técnico Científico – CTC; realização da avaliação geral a cada triênio e por programa de pós-graduação; adoção do princípio da avaliação continuada; substituição da escala de avaliação anteriormente por conceitos de E a A por notas de 1 a 7; sendo 6 e 7 a notas exclusivas para programas que ofereçam doutorado, 5 a nota máxima admitida para programas que ofereçam apenas o nível de mestrado e 3 corresponde ao padrão mínimo de qualidade estabelecido para a pós-graduação *strictu senso*; adoção como referência dos padrões internacionais de qualidade relativos a cada área de avaliação, correspondendo a nota 5 ao anteriormente estabelecido com “Perfil para um curso A” e as notas 6 e 7, a padrões internacionais de excelência.

Outro elemento essencial na construção e aprimoramento do modelo de avaliação da CAPES foi a criação do Sistema Qualis, criado em 1998 para atender a necessidades específicas do sistema de avaliação, compreende a classificação dos periódicos utilizados pelos programas de pós- graduação para a divulgação da produção intelectual de professores, pesquisadores e estudantes. As publicações são divididas em categorias indicativas de qualidade - A, B ou C - e do âmbito de circulação – local, nacional ou internacional (BRASIL/MEC/CAPES/Sistema Qualis, 2013).

O Sistema de Avaliação da CAPES é, atualmente, estruturado em 48 áreas e abrange dois processos: a Avaliação de Propostas de cursos Novos e a Avaliação dos Programas de Pós-Graduação. Tais processos são conduzidos pela Diretoria de Avaliação da CAPES e realizados por Comitês de Áreas, constituídos por membros da própria comunidade científica de cada área do conhecimento. Esta participação da comunidade científica confere um expressivo grau de legitimidade às ações empreendidas pela CAPES no âmbito da política de pós-graduação, uma vez que os resultados dessa avaliação norteiam o processo de fomento aos programas de pós-

graduação que estão diretamente relacionados às notas obtidos pelos cursos, independente do status jurídico da instituição.

A avaliação das propostas de cursos novos, é disciplinada pela Portaria nº 193 de 4 de outubro de 2011 e visa a autorização e o reconhecimento de cursos de mestrado e doutorado *stricto sensu*, em consonância com caput do artigo 46 da Lei 9.394 de 20/12/1996, e a Resolução CNE/CES nº 01/2001, alterada pela Resolução CNE/CES nº 24/2002.

A avaliação dos programas de pós-graduação refere-se a atividade de acompanhamento e avaliação realizada pela CAPES aos programas que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG. Para integrar-se ao Sistema, o programa tem que ter tido sua proposta de curso anteriormente recomendada pela Agência.

De acordo com o regulamento específico, disponível no site da CAPES, são duas as instâncias estabelecidas para realizar a avaliação trienal: 1ª) Comissão de Avaliação, a quem compete a avaliação dos programas de pós-graduação e a apresentação de parecer circunstanciado sobre a qualidade do desempenho de cada programa no triênio focalizado; e 2ª) Conselho Técnico-Científico (CTC) a quem compete deliberar sobre os resultados da Avaliação Trienal, no que diz respeito aos programas de todas as Áreas de Avaliação, com base nos pareceres emitidos pelas Comissões de Área sobre o desempenho dos programas.

A CAPES possui um aplicativo denominado Sistema Ficha. Este sistema é o instrumento utilizado para o registro das avaliações de cada um dos programas de pós-graduação após a análise de mérito realizada pelas Comissões de Área de Avaliação. Há uma ficha para os programas acadêmicos e outra para os mestrados profissionais, ambas estruturam-se em quesitos/dimensões e itens.

Na avaliação dos programas acadêmicos, referenciada no presente estudo, são considerados a Proposta do Programa, o Corpo docente, Corpo Discente, Teses e Dissertações, Produção Intelectual e Inserção Social

Na dimensão da **Proposta do Programa** (peso 0) são considerados os seguintes itens de avaliação: a) Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular; b) planejamento do Programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus

egressos, conforme os parâmetros da área; e c) infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.

Na dimensão do **Corpo Docente** (peso 20) são avaliados: a) perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa; b) adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa; c) distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa; e d) contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.

Na dimensão **Corpo Discente, Teses e Dissertações** (peso 35) são avaliados: a) quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente; b) distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa; c) qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso da IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área; e d) eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsista: tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.

Na **Produção Intelectual** (peso 35), são avaliados: a) publicações qualificadas do Programa por docente permanente; b) distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente Permanente do programa; c) produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes e d) produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.

Na **Inserção Social** (peso 10), avalia-se: a) inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa; b) integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação; e c) visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.

É importante ressaltar que o processo de avaliação dos programas acadêmicos de pós-graduação acontece em duas etapas: na primeira, a Comissão de Área avalia todos os programas a ela vinculados no que diz respeito, exclusivamente, aos cinco primeiros quesitos e respectivos itens da Ficha de Avaliação acima referenciados (Proposta do

Programa; Corpo Docente; Corpo Discente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social). Também atribui, exclusivamente, conceitos referentes aos cinco primeiros níveis da escala: 1 – Deficiente; 2 – Fraco; 3 – Regular; 4 – Bom e 5 – Muito Bom.

Na segunda etapa, identificação dos programas, entre aqueles que obtiveram a recomendação do conceito “5” e que tenham curso de doutorado, que apresentem indicadores de desempenho diferencial (em termos da qualidade de sua produção, inserção social, capacidade de nucleação de grupos de pesquisa e pós-graduação, liderança e representatividade na respectiva comunidade nacional e internacional) que possam justificar que sejam submetidos à segunda etapa de avaliação, que é destinada à verificação de programas para os quais a Comissão de Área recomendará os conceitos 6 ou 7.

Conforme estabelecido no Documento de Área de Ciências Biológicas II, para realização da 2ª etapa acima referida, “a análise comparativa e conjunta de todos os itens nos diferentes programas candidatos aos conceitos de excelência deverá permitir a atribuição diferenciadas de conceito 6 e 7” (CAPES, 2010, p. 17). Será valorizado o desempenho, em conjunto e comparativamente, para todos os programas elegíveis para as notas 6 e 7 nos seguintes aspectos: a) nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalente ao dos centros internacionais de referência (70%); b) consolidação e liderança nacional do programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação (20%); e c) inserção e solidariedade regional com vistas à superação das assimetrias regionais (10%).

Em relação ao item “a”, são avaliadas as seguintes categorias A, B e C, além de avaliar, comparativamente, o número e a distribuição das publicações nos diferentes estratos de periódicos e a vinculação de teses e dissertações com publicações e respectivo fator de impacto. Na categoria A, Inserção Internacional, inclui-se: 1) evidência de serviço à comunidade científica internacional na forma de associação a corpo editorial de periódicos indexados, organização de simpósios, mesas redondas e outros eventos internacionais; 2) evidência de colaboração simétrica no país e no exterior na forma de co-autoria com pesquisadores de outras Instituições; 3) evidência de serviço à comunidade científica na forma de revisão de propostas e pesquisa competitivas e publicações em revistas indexadas e 4) apresentação de conferências em reuniões internacionais (Penarias ou Simpósios).

Na categoria B, Desempenho intelectual e reconhecimento deste desempenho, avalia-se: 1) captação de recursos nacionais e internacionais baseada em avaliações competitivas como, por exemplo, NIH, OMS, NSF, Wellcome Trust, União Europeia, Howard Hughes Medical Institute, PEW, dentre outras; 2) treinamento de pós-graduandos, em especial de outras IES e outros países; 3) evolução temporal da qualidade das publicações; 4) número de citações nas bases ISI e Scopus e 5) participação de bolsistas produtividade nível 1 do CNPq.

Na categoria C, Sinais de prestígio acadêmico de nível internacional, são avaliados: 1) ter no quadro detentores de prêmios tais como: Nobel, Ordem Nacional do Mérito Científico nos graus de Comendador e Grã-Cruz, Bill & Melinda Gates Foundation, Conrado Wessel, Mulheres em Ciências L'Oréal e ABC, Guggenheim, Academia de Países em Desenvolvimento (TWAS), Prêmio Almirante Álvaro Alberto, Prêmio Scopus, Prêmio Méxic de Ciência e Tecnologia, Medalha Institut Pasteur/UNESCO, Fundação Alexander Von Humboldt, entre outros; 2) incluir no quadro docente membros de academias, tais como Academia Brasileira de Ciências, Academia Brasileira de Letras, ou similares de outros países e 3) publicação de artigos/revisados a convite em revistas de reconhecido prestígio.

1.2 - A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

A partir da classificação das categorias mencionadas acima, é possível verificar que as mesmas remetem à definição de internacionalização, no contexto da pós-graduação brasileira, elaborada por Marrara (2007). Para o autor,

[...] poderia ser aqui conceituada como um processo composto pelas medidas de cooperação internacional, necessárias para que um determinado programa de pós-graduação complemente a capacitação de seus discentes e docentes, objetivando estimular o progresso da ciência e a solução de problemas brasileiros e comuns da humanidade, sem prejuízo da persecução secundária de interesses meramente institucionais (p. 252).

A internacionalização se tornou uma política de desenvolvimento consubstanciada nos planos de governo e tem sido um dos critérios mais relevante adotados pela CAPES no processo de avaliação de qualidade dos programas de pós-graduação. Neste contexto,

o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, dentre suas recomendações, estabelece que

na ampliação dos cursos e atividades da pós-graduação deve ser levada em consideração a busca da excelência e de conhecimentos novos e deve ser evitada a endogenia. Uma forma para atingir tais objetivos é a interação mais intensa entre instituições brasileiras e internacionais. Essa interação, além de promover o crescimento da ciência, aumentará o protagonismo do país no cenário internacional.

Sugere-se então:

- o envio de mais estudantes ao exterior para fazerem doutorado, em vista da dinamização do sistema e da captação do conhecimento novo;
 - o estímulo à atração de mais alunos pesquisadores visitantes estrangeiros;
 - o aumento do número de publicações com instituições estrangeiras.
- (BRASIL, 2011, p. 303).

Assim, as atividades administrativas desenvolvidas pelos programas de pós-graduação, no intuito de atender aos requisitos estabelecidos pelo Sistema de Avaliação da CAPES para classificação dos programas considerados “padrão de excelência” podem ser identificadas nas formas de internacionalização definidas por Marrara (2007), que são passiva e ativa.

Para o referido autor, “na forma passiva predominam o envio de discentes, docentes e pesquisadores para instituições estrangeiras, bem com a publicação dos trabalhos científicos desses autores em periódicos internacionais, externos à IES brasileiras” e a internacionalização ativa se caracteriza “[...] pelo recebimento de docentes, pesquisadores e discentes estrangeiros e pela participação desses agentes em cursos e periódicos da IES nacional” (MARRARA, 2007, p. 253).

Dentre as missões da CAPES, destacam-se as atividades de cooperação acadêmica internacional, que tem sido o desenvolvimento das atividades da pós-graduação brasileira no contexto mundial e o apoio aos grupos de pesquisa brasileiros, por meio do intercâmbio internacional, visando a excelência da pós-graduação.

Segundo Rosa (2008), a CAPES tem a cooperação internacional como uma de suas principais estratégias de desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.

Para Marrara (2007, p. 256), internacionalização no Brasil

assume relevância adicional para as IES uma vez que a Capes a toma como condições para a concessão das notas máximas de avaliação no âmbito da pós-graduação. A obtenção dessas notas, por sua vez, amplia o reconhecimento das IES e do programa bem avaliado, além de lhes permitir o acesso a certos recursos financeiros, tais como os provenientes do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), exclusivos para programas com reconhecido nível de excelência.

Como escrevem Castro e Soares (1983, p. 69), “a questão da inserção internacional, especialmente no que se refere à publicação de artigos em periódicos

considerados ‘internacionais’, não se apresentava, nos primeiros tempos da avaliação dos cursos, com o peso que veio a assumir, mais tarde”.

A partir de 1998, o Sistema de Avaliação da CAPES adotou critérios de identificação dos cursos/programas com “padrão internacional”, também substituiu a escala de conceitos de E a A por notas de 1 a 7. Tal mudança possibilitou maior diferenciação qualitativa dos programas, classificando os programas com notas 6 e 7 de padrão internacional. Esses Programas precisariam “apresentar desempenho diferenciado, de acordo com padrões internacionais, no que diz respeito à produção científica, cultural, artística ou tecnológica” e “ter competitividade com programas similares de excelente qualidade no exterior” (BRASIL/MEC/CAPES, 1998, p. 34).

Para a definição de programas de pós-graduação, reconhecidos como de padrão internacional, segundo Gati et al (1999, p.60-61),

basicamente, devem ser considerados os convênios e programas de intercâmbio com universidades e grupos de pesquisa de universidades norte-americanas, latino-americanas e europeias, com permuta sistemática de docentes, encaminhamento de doutorandos para “sandwich”, realização de pós-doutoramento, com produção conjunta etc. Devem também ser valorizadas as visitas de professores estrangeiros e o tipo de atividades por eles realizadas no programa; a participação de docentes e pós-graduandos em eventos e publicações internacionais; e a participação de docentes em comissões e projetos de pesquisa internacionais.

Pode-se dizer que, para a CAPES, a internacionalização possibilita maior visibilidade do Brasil no cenário internacional, por meio do compartilhamento de conhecimentos, com o objetivo de alcançar e manter condições de competitividade aos pesquisadores brasileiros.

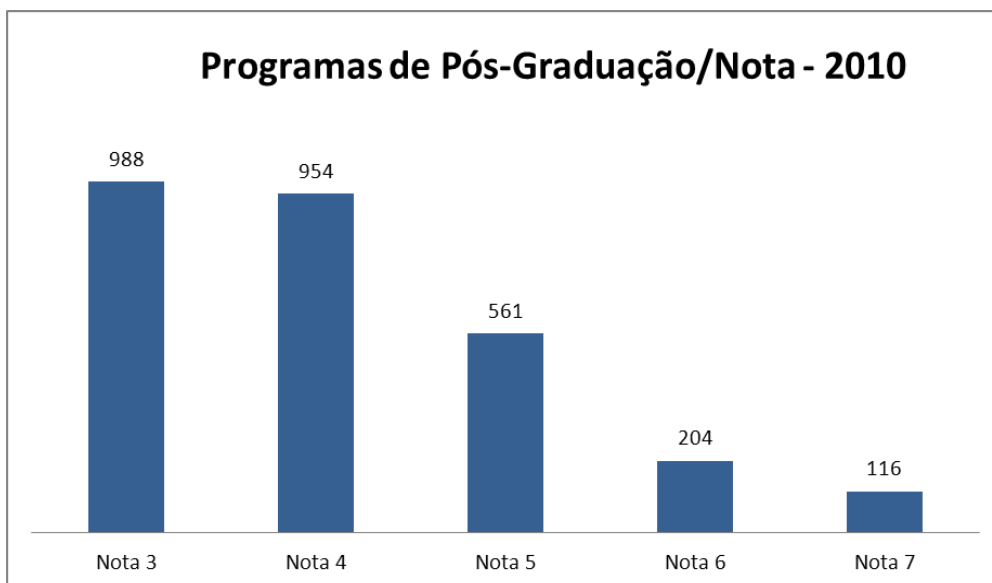
O maior objetivo de se internacionalizar é proporcionar uma diversidade de conceitos, ideologias e culturas fortalecendo o ensino, a pesquisa, e a extensão, contribuindo com sua qualificação, ampliando a produção de conhecimento e a sua difusão na comunidade internacional. “Trata-se de uma questão de sobrevivência, ou seja, é necessário internacionalizar para poder competir em níveis de igualdade com as melhores instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras” (STALLIVEIRI, 2003).

De acordo com o documento da área de Ciências Biológicas II, para o conceito global de “inserção internacional” (CAPES, 2009, s/p):

[...] devem ser distinguidos três aspectos: a inserção internacional enquanto atuação, o reconhecimento deste desempenho quando comparável com o dos centros internacionais de referência para a área e os sinais de prestígio acadêmico advindo deste reconhecimento.

Neste contexto, considerando o ano base de 2010, ano de referência do nosso estudo, em que ocorreu a Avaliação Trienal dos Programas de Pós-graduação *strictu sensu*, em todas as áreas de avaliação, o Sistema Nacional de Pós-Graduação apresentou 988 PPG nota 3; 954 PPG nota 4; 561 PPG nota 5; 204 PPG nota 6 e 116 PPG nota 7. Ou seja, um total de 320 Programas de Pós-Graduação com padrão de excelência, distribuídos nas diversas áreas do conhecimento.

Gráfico 1- Notas dos programas de pós-graduação pós Trienal 2010.



Fonte: DAV/CAPES

1.3 - O PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA - PROEX

Criado em 2004, pela CAPES, o Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) objetiva manter o padrão de qualidade dos programas de pós-graduação que obtiveram notas 6 e 7 em pelo menos duas avaliações trienais consecutivas, atendendo suas necessidades e especificidades. Com a criação do Programa, a CAPES imprime maior autonomia aos programas de pós-graduação consolidados, permitindo maior flexibilidade na gestão dos recursos a eles alocados, buscando atender mais adequadamente as suas necessidades e especificidades.

Esta flexibilidade vem confirmar a afirmação de Neto (2011, p.78) de que “um novo paradigma tem sido proposto à gestão das organizações, que tem o conhecimento,

criatividade e inovações, como seus principais produtos e, também sua própria razão de ser. São as organizações baseadas em conhecimento”.

Com um modelo de gestão diferenciado dos programas tradicionais já existentes na CAPES, como o Programa de Demanda Social (DS) e o Programa de Apoio a Pós-Graduação (PROAP), que são programas nos quais a agência de fomento traça todas as diretrizes para execução das políticas e os gestores dos Programas de Pós-Graduação tem pouca intervenção na definição de metas a serem estabelecidas, o Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) garante aos programas uma maior flexibilidade na gestão orçamentária e na execução de políticas, por meio do seu plano de metas acadêmicas.

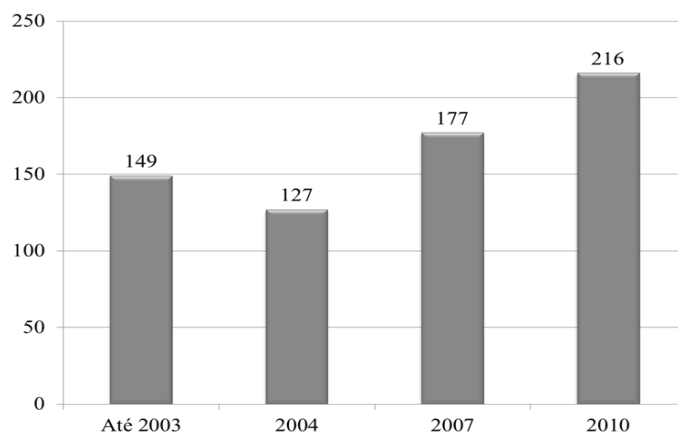
Ainda de acordo com Neto (2011, p.78),

tais propostas envolvem mudanças nas práticas administrativas, em lugar das que têm sido adotadas na maioria das organizações tradicionais – substituição de uma gestão baseada na centralização, hierarquia, controle e, na cultura do medo, para outra, fundada na descentralização, na responsabilidade e na confiança.

Destaca-se, no PROEX, a flexibilidade de gestão no que concerne a utilização da dotação orçamentária recebida, uma vez que os programas de pós-graduação inseridos no Programa podem utilizá-la de acordo com prioridades estabelecidas pelos próprios programas em qualquer das modalidades de apoio concedidas pela CAPES. As quais são: concessão de bolsas de estudo; recursos de custeio para fomentar investimento em laboratórios; elaboração de estudo; recursos de custeio para fomentar elaboração de dissertações e teses; passagens; eventos; publicações; e, outros.

Para contextualização da análise das atividades desenvolvidas pelos programas, inseridos no PROEX, no que se refere à internacionalização, apresenta-se, a seguir, sua evolução, desde sua criação em 2004:

Gráfico 2: Evolução dos PPG no PROEX.



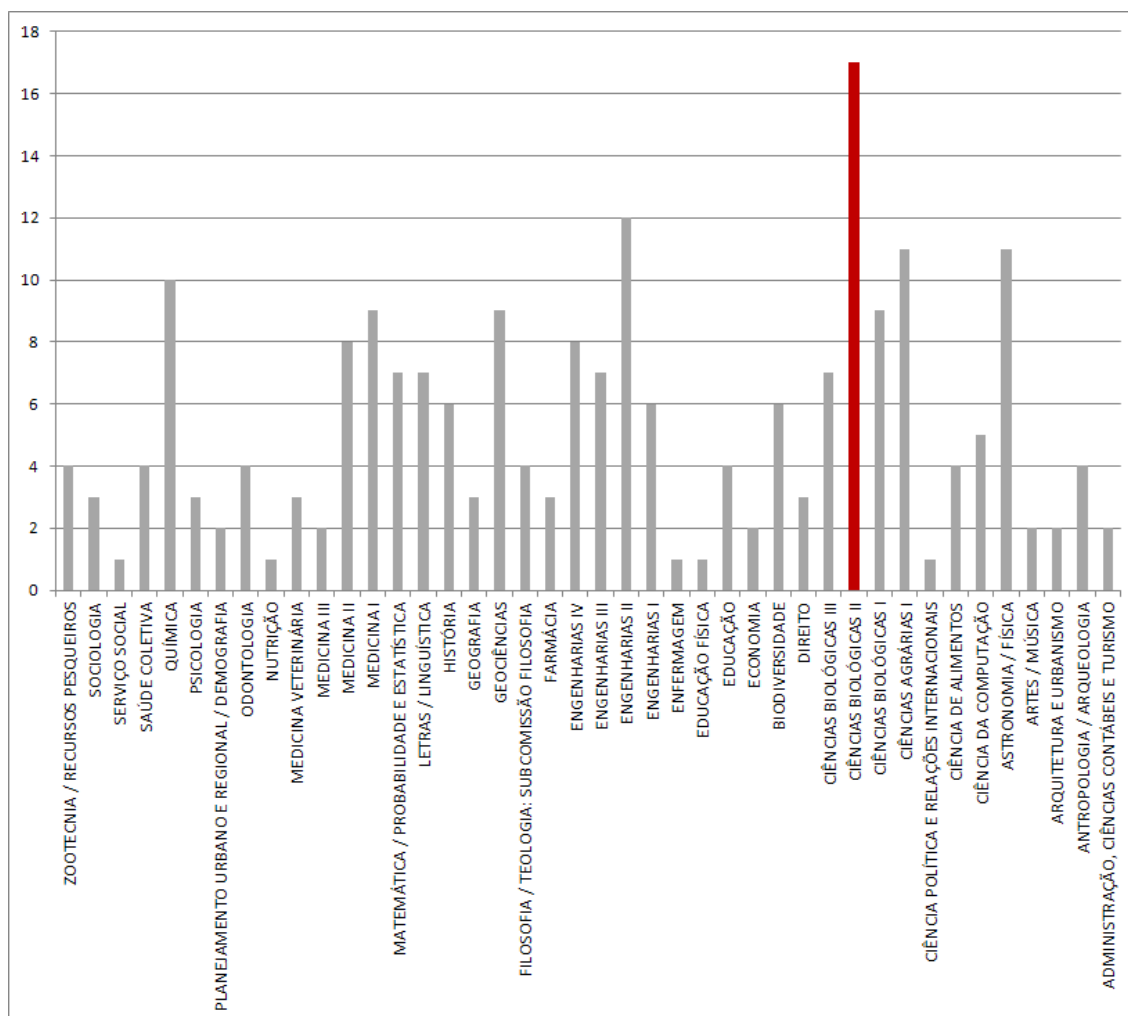
Fonte: DAV/CAPES

Inicialmente, o número de programas com conceito 6 e 7, classificados nas avaliações anteriores e convidados para vincular-se ao PROEX, era de 149 programas, caindo para 127 em função da avaliação trienal de 2004 e face às regras do PROEX (manutenção ou melhoria dos conceitos em duas avaliações consecutivas).

Em 2008, em decorrência dos resultados da avaliação trienal 2007, o número de programas de pós-graduação apoiados pelo PROEX passou para 177, situados em 38 Instituições. Face à avaliação trienal 2010, 47 PPGs ingressaram no PROEX e 8 tiveram notas rebaixadas e deixaram o Programa. Com isto, em 2011, passou-se a apoiar 216 PPGs (veja gráfico abaixo), vinculados a 42 universidades públicas e privadas, compreendendo 173 cursos de mestrado e 177 de doutorado, com nível de excelência internacional. Podendo considerar que o PROEX vem atingindo seus objetivos, pois manteve o nível de qualidade de 95% dos PPGs participantes.

No gráfico a seguir, podemos observar as áreas atendidas pelo Programa PROEX, onde se sobressai a área das Ciências Biológicas II.

Gráfico 3: Programas de pós-graduação atendidos pelo PROEX, nas Áreas de avaliação.



Fonte: CEX/DPB/CAPES

Em 2004, o número de alunos matriculados nos cursos que compõem o PROEX era de 9.096 no mestrado e 11.005 no doutorado, correspondendo a 13,1% e 26,6% do total de discentes matriculados no País, respectivamente. Em 2011, esses contingentes de alunos passaram a 13.611 (12,9%) no mestrado e 17.172 (23,9%) no doutorado. Já em 2012, estes números ficaram em 13.714 (12,5%) no mestrado e de 17.920 (22,5) no doutorado.

Quadro 2 - Número de alunos matriculados nos PPG's apoiados pelo PROEX e número total de alunos matriculados em 2011 e 2012:

Ano	Matriculados	PROEX	Total	%
2011	Mestrado*	13.611	105.240	12,9%
	Doutorado	17.172	71.890	23,9%
2012	Mestrado*	13.714	109.515	12,5%
	Doutorado	17.920	79.478	22,5%

Fonte: DPB/CAPES

* Mestrado Acadêmico.

Observa-se uma regularidade no número de matriculados nos cursos de Mestrado e Doutorado vinculados ao PROEX e a grande representatividade, no conjunto total de doutorandos matriculados no país.

CAPÍTULO 2

ABORDAGEM METODOLÓGICA

A metodologia utilizada nesta dissertação foi de Métodos Mistos (CRESWELL e CLARK, 2013), pois combina elementos de abordagem qualitativa e quantitativa com a intencionalidade de ampliar os entendimentos sobre a temática em estudo. O estudo foi desenvolvido por meio da análise documental de relatórios financeiros do PROEX dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Área das Ciências Biológicas II, fornecidos pela Diretoria de Programas e Bolsas da CAPES e de informações fornecidos pelos programas de pós-graduação no aplicativo Coleta de Dados, ano base 2011, disponíveis no sítio da CAPES no caderno de indicador “Proposta do Programa”. A delimitação do estudo na Área das Ciências Biológicas II justifica-se por concentrar o maior número de programas atendidos pelo PROEX. A fundamentação teórica do estudo, além de articular-se à análise dos dados contemplou três eixos temáticos mutuamente integrados: o Sistema Nacional da Pós-Graduação (SNPG), o Sistema de avaliação da pós-graduação da CAPES e a inserção internacional/internacionalização da pós-graduação brasileira.

Para ampliar o processo de compreensão sobre a temática em estudo, realizamos uma pesquisa documental junto a área das Ciências Biológicas II, nas fichas de avaliação dos Programas 6 e 7, que versavam sobre a “Proposta do Programa” e junto aos relatórios de acompanhamento da Coordenação de Programas de Excelência da CAPES.

O primeiro passo, deste processo, foi a identificação dos Programas inseridos no Programa de Excelência - PROEX da CAPES, conforme Quadro 2 abaixo.

Quadro 3 - Programas de pós-graduação da área de Ciências Biológicas II inseridos no Programa de Excelência – PROEX

IES	PPG	CÓDIGO	NOTA
UFC	FARMACOLOGIA	22001018007P-7	6
UFRJ	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BIOFÍSICA)	31001017012P-6	7
	QUÍMICA BIOLÓGICA	31001017087P-6	7
	CIÊNCIAS MORFOLÓGICAS	31001017105P-4	6
	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (FISIOLOGIA)	31001017108P-3	7

FIOCRUZ	BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR	31010016004P-9	6
UFMG	BIOQUÍMICA E IMUNOLOGIA	32001010006P-9	7
	FISIOLOGIA E FARMACOLOGIA	32001010007P-5	7
USP	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BIOQUÍMICA)	33002010017P-0	7
	FARMACOLOGIA	33002010019P2	6
	CIÊNCIAS (FISIOLOGIA HUMANA)	33002010172P-5	6
USP/RP	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (FARMACOLOGIA)	33002029003P-4	7
	FISIOLOGIA	33002029004P-0	7
UNICAMP	BIOLOGIA FUNCIONAL E MOLECULAR	33003017040P-8	6
UNIFESP	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BIOLOGIA MOLECULAR)	33009015001P-0	7
UFRGS	FARMACOLOGIA	41001010024P6	7
UFSC	FARMACOLOGIA	41001010024P6	7

Fonte: CAPES/DPB/CEX

Posteriormente, identificamos as atividades desenvolvidas pelos Programas de Pós-Graduação da amostra, no que se refere à estratégia de internacionalização ativa e passiva, os principais países parceiros na internacionalização e a capacidade de captação de fomento internacional, tomando por base as informações coletadas do caderno de indicadores “Proposta do Programa” ano base 2011, o qual é gerado a partir dos dados informados pela coordenação de cada programa no aplicativo Coleta de Dados.

Após o levantamento documental, organizamos um questionário semiestruturado, organizado de forma virtual, e encaminhamos convite aos coordenadores dos programas. Foram respondidos 5 questionários, contribuindo com a avaliação do PROEX.

Os dados coletados foram estudados por meio da Análise de Conteúdo (FRANCO, 2008; BARDIN, 1977), estruturada a partir das etapas: pré-análise de exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise ocorreu na compilação dos dados da pesquisa e na leitura flutuante dos documentos. Logo após, procedemos às unidades de análise de registro e de contexto. A unidade de registro é a menor parte do conteúdo, como a palavra ou o tema, e a unidade de contexto vincula-se

à compreensão da unidade de registro, buscando a significação daquela. A partir destas etapas, organizamos os dados da pesquisa.

CAPÍTULO 3

IMPACTOS DO PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA NA GESTÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Os programas da CAPES, a partir 2004, passaram a ser operados em dois agrupamentos, denominados: Programas Tradicionais e Programas Indutores e Estratégicos. É importante ressaltar que os dois agrupamentos tem por objetivo apoiar a pós-graduação brasileira por meio da concessão de bolsas de estudo e recursos financeiros para custear as atividades de ensino e pesquisa.

Dentre os programas tradicionais, ou seja, aqueles que mantêm as linhas básicas de concessão de bolsas de estudos de mestrado e doutorado e pós-doutorado, além de recursos de custeio das atividades acadêmicas, podem ser citados o Programa de Demanda Social – DS; Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Particulares – PROSUP; Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores – PRODOC.

No segundo agrupamento são considerados os programas voltados para o atendimento de necessidades e áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento científico e tecnológico, de acordo com as políticas desenvolvidas em âmbito regional e nacional.

Neste último contexto, foi criado o Programa de Excelência Acadêmica – PROEX, como estratégia para manter o alto nível de desempenho dos programas de pós-graduação *stricto sensu* que atingiram a excelência acadêmica em ensino e pesquisa, de padrão internacional (PPG com notas 6 e 7).

A seguir são apresentados e discutidos os resultados obtidos na análise dos dados dos relatórios da CAPES, a respeito do PROEX e das atividades de internacionalização, desenvolvidas pelos programas da área de Ciências Biológicas II, inseridos no referido Programa, bem como das respostas fornecidas ao questionário aplicado aos coordenadores de programas.

Convém ressaltar que os programas de pós-graduação vinculados ao PROEX devem obedecer à meta anual de utilizar no mínimo 50% do recurso de custeio (fomento-bolsa e fomento-custeio) para o pagamento de bolsistas e que o valor dos recursos para aquisição de capital corresponde a 5% daquele valor destinado ao custeio.

Ou seja, a flexibilidade de alocação dos recursos pelos programas de pós-graduação para os demais itens de despesas na referida rubrica fica restrita aos 50% restantes.

Cabe destacar que as bolsas de estudo concedidas no âmbito do PROEX são gerenciadas pelas coordenações dos cursos de pós-graduação, que são responsáveis pela seleção e acompanhamento dos bolsistas conforme as orientações da CAPES.

O quadro abaixo representa o resumo dos investimentos realizados pelo PROEX em 2011 a todos os programas de pós-graduação, inseridos no Programa:

Quadro 4 - Execução do PROEX em 2011.

Programa	Mestrado	Doutorado	Custeio	Capital	Total geral
PROEX	48.290.800,00	72.656.343,37	107.425.021,38	8.285.202,49	236.657.367,24

Fonte: CAPES/DPB/CGBP – Coordenação de Programas de Excelência – CEX

O Quadro 5 demonstra o somatório da utilização dos 50% dos recursos de Custeio/Fomento, recebidos do PROEX no Exercício 2011, informado a CAPES, em formulário próprio do PROEX, pelos coordenadores dos PPG da área de Ciências Biológicas II, distribuídos por itens de despesas:

Quadro 5- PROEX – Ciências Biológicas II, exercício 2011.

Detalhamento da distribuição de Recursos – Custeio/Fomento	
ATIVIDADES/NATUREZA DAS DESPESAS	RECURSOS
Aquisição de novas tecnologias de informática	143.459,44
Funcionamento de laboratórios de ensino e pesquisa	1.804.981,18
Manutenção de equipamentos	374.105,78
Participação de alunos de doutorado em eventos no exterior	247.366,35
Participação de alunos em eventos no país	227.974,36
Participação de professores convidados em bancas examinadoras de dissertações, teses e exames de qualificação	468.294,98
Participação de professores e alunos em trabalhos de campo e coleta de dados no país	73.971,99
Participação de professores em eventos no exterior	69.992,65
Participação de professores em eventos no país	95.104,02
Participação de professores visitantes nos programas	99.646,01
Produção de material didático-instrucional e publicação de artigos científicos	182.221,70
Realização de eventos, técnico-científicos promovidos pelo programa de pós-graduação	328.562,73
Taxas Escolares / Bolsas de estudo	1.605.488,40
TOTAL CUSTEIO FOMENTO	5.721.169,59

Fonte: CAPES/DPB/CGBP – Coordenação de Programas de Excelência

Observa-se que o maior investimento foi nos laboratórios de ensino e pesquisa, fundamentais para a sustentação das condições de produção intelectual da pós-graduação. Destaca-se, também, a aplicação do fomento a produção de materiais didáticos e publicação de artigos, além da realização de eventos, os quais potencializam a projeção internacional dos programas.

O custeio dos laboratórios se justifica por proporcionar uma melhor infraestrutura necessária para as atividades de ensino e pesquisa. Por exemplo, o investimento em instalação de pontos de conexão de computadores à rede, com banda larga, a instalação equipamentos de alta qualidade, permite discussões de projeto em tempo real com pesquisadores em outros estados e de outros países, além de entrevistas de potenciais candidatos estrangeiros a ingressar em Programas de Pós-Graduação no Brasil.

No questionário respondido pelos coordenadores, sobre as despesas, distribuídas nas rubricas de custeio e capital, consideradas essenciais ao atendimento das ações a serem implementadas pelo Programa, foram apontadas as seguintes despesas, em ordem de prioridade:

- 1) Funcionamento de Laboratórios de Ensino e Pesquisa.
- 2) Participação de professores convidados em Bancas Examinadoras de dissertações, teses e exames de qualificação.
- 3) Participação de professores visitantes nos Programas.
- 4) Participação de alunos de doutorado em eventos no exterior.
- 5) Compra e Manutenção de Equipamentos.
- 6) Aquisição de novas tecnologias em Informática.
- 7) Participação de alunos em eventos no país.
- 8) Produção de Material Didático-Instrucional e Publicação de Artigos Científicos.
- 9) Participação de professores em eventos no exterior.
- 10) Realização de Eventos Técnico-Científicos promovidos pelo Programa de pós-graduação.
- 11) Participação de professores e alunos em trabalhos de campo e coleta de dados no país.
- 12) Pagamento de Taxas Escolares.

Com relação às despesas consideradas prioritárias pelos coordenadores respondentes ao questionário, é importante ressaltar que a CAPES concede auxílio financeiro por meio de outros programas ou linhas de ação, ou seja, programas lançados

em editais específicos para apoio a projetos de pesquisa, como Programa de Apoio a Cooperação Acadêmica – PROCAD; Programa de Apoio à Aquisição de Equipamentos – Pró-Equipamentos; Rede Nonobiotec Brasil e outros. Portanto, tais instrumentos de apoio podem ser utilizados pelos coordenadores do PROEX, com a submissão de projetos, de forma a complementar as despesas priorizadas acima.

Em relação às sugestões, do que pode ser modificado junto ao PROEX, de modo a atender as demandas não contempladas na atualidade, os coordenadores apontaram questões de gestão administrativa e financeira:

A aquisição de softwares é fundamental para atualização dos processos no PPGFMC e quase impossível de fazer via IES pelos trâmites burocráticos. Assim, a permissão para adquirir os softwares de análise dos experimentos seria um avanço muito grande para o PPGFMC (C3).

Aspectos que poderiam melhorar o programa, no meu entender, não dependem somente da CAPES, mas principalmente do modelo empregado para a fiscalização da gestão nas universidades do país (C1).

A regularidade dos repasses, os valores para capital são muito reduzidos e a agilização da avaliação de prestação de contas” (C2) e “um canal direto por mail para dúvidas rápidas, como por exemplo em relação a: valores de notas fiscais/recibos; possibilidade de pagamentos específicos, etc (C5).

Um dos coordenadores relatou, também, a importância do PROEX para o programa:

O Programa PROEX mudou a qualidade da gestão e administração dos programas de pós-graduação, permitindo rapidez e eficiência na compra de insumos e equipamentos, na gestão dos itens de custeio. Ainda, permitiu propiciar que estudantes pudessem participar de eventos e congressos no país e no exterior, sempre avaliados em relação ao mérito (C1).

Considerando as sugestões feitas pelos coordenadores 2 e 5, destaca-se que a liberação dos recursos financeiros é condicionada a disponibilidade orçamentária financeira da CAPES.

Quanto ao aspecto do reduzido valor destinado às despesas de capital no âmbito do PROEX, observa-se que tal situação ocorre de forma geral em todos os programas de apoio oferecidos pela CAPES, tendo em vista que apenas 10% do orçamento global da Agência destinam-se a gastos de Capital.

Sobre a morosidade na análise da prestação de contas, cabe esclarecer que a grande quantidade de processos gerados se deve ao alto número de auxílios financeiros à pesquisa concedidos pela CAPES, porém, a Agência vem envidando esforços no

sentido de agilizar a análise e divulgação dos resultados das prestações de contas por meio da criação de comissões/grupos de trabalho.

O quadro 5 a seguir, tem a intenção de demonstrar os resultados da análise das informações relatadas pelos coordenadores dos programas de pós-graduação da área de Ciências Biológica II inseridos no PROEX, relativas a captação de financiamento internacional.

Quadro 6 - Captação de financiamento internacional

IES	PPG	FINANCIADOR	TIPO DE FOMENTO
UFC	FARMACOLOGIA	Não há registro	Não há registro
UFRJ	C. BIOLÓGICAS (BIOFÍSICA)	Acadêmia de Ciências do Terceiro Mundo	auxílio para pesquisa
		Fogarty International Center - NIH - USA	auxílio para pesquisa
		CRIH/Canadá - Global Comitit of Practice	auxílio para pesquisa
		Human Frontier Science Program Organization - HESPO - França	auxílio para pesquisa
		Howard Hughes Meidical Institute	auxílio para pesquisa
		International Development Research Cáentre - Canadá	auxílio para pesquisa
		International Society for Neurochemistry (ISN)	auxílio para pesquisa
		International Centre for Genetic Engineering and Biotechnology - ICGEB-OPS	auxílio para pesquisa
		NIH/FIRCA	auxílio para pesquisa
		NIAID - USA	auxílio para pesquisa
		National Institute of Health (NIH)	auxílio para pesquisa
		HHMIGAR - Fundação Charles Darwin	auxílio para pesquisa
		Organização Mundial de Saúde (OMS/TDR)	auxílio para pesquisa
		OMS: Collaborative Research Grant	auxílio para pesquisa
		Swiss Science Foundation	auxílio para pesquisa
The Wellcome Trust	auxílio para pesquisa		
UFRJ	QUÍMICA BIOLÓGICA	Não há registro	Não há registro
UFRJ	CIÊNCIAS MORFOLÓGICAS	Não há registro	Não há registro
UFRJ	C. BIOLÓGICAS (FISIOLOGIA)	NIH	Auxílio a docente como co-investigador
FIOCRUZ	BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR	International Atomic Agency	financiamento de projeto desenvolvido no PPG

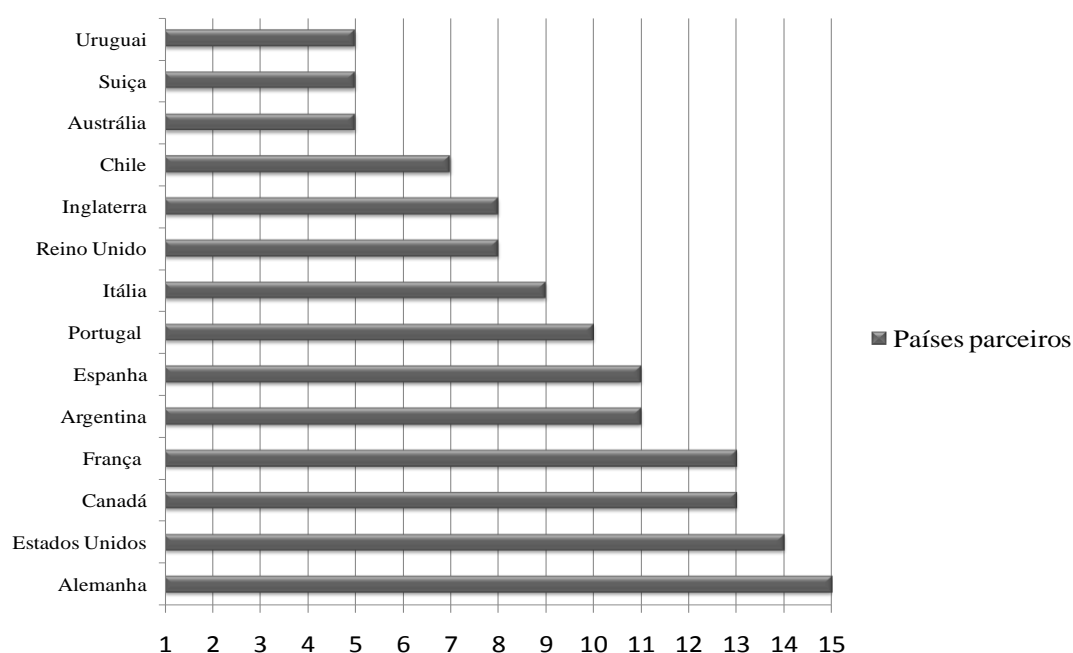
		OMS - Organização Mundial de Saúde	financiamento de projeto desenvolvido no PPG
		Comunidade Europeia	financiamento de projeto desenvolvido no PPG
		OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde	financiamento de projeto desenvolvido no PPG
		INSERM - Instituto Nacional Francês de Saúde e Pesquisa Médica	financiamento de projeto desenvolvido no PPG
UFMG	BIOQUÍMICA E IMUNOLOGIA	WHO	Bolsa Sandwiche a docente do Programa
		forgety International Center	auxílio para pesquisa
		Haward Hughes Medial Institute	auxílio para pesquisa
		não iden	auxílio para pesquisa
		Serono Pharmaceuticals	auxílio para pesquisa
UFMG	FISIOLOGIA E FARMACOLOGIA	Não há registro	Não há registro
UFMG	C. BIOLÓGICAS (FISIOLOGIA E FARMACOLOGIA)	International Scholar Haward Medical institute	Não identificado
		Fogarty International Research Colaboration Award	Não identificado
		National Institute of Health US	dollar 150.000.00
USP	C. BIOLÓGICAS (BIOQUÍMICA)	Não há registro	Não há registros
USP	FARMACOLOGIA	Não há registro	Não há registro
USP	CIÊNCIAS (FISIOLOGIA)	Não há registro	Não há registro
USP/RP	C. BIOLÓGICAS (FARMACOLOGIA)	University of Glasgow - UK	Financiamento de participação de alunos em estágio em laboratórios internacionais
		Georgia Health Sciences University	recurso financeiro projeto com articipação de alunos do PPG
		International Society of Neurochemistry	recurso financeiro
		Trevel Grant - International Behavioral Neuroscience Society	Premiação de aluna do PPG
		Travel Grant - IBRO	
		International Neuroendocrinology Federation and International Research Organization (IBRO)	Parcipação de aluno do PPG em simpósio internacional
USP/RP	FISIOLOGIA	UK's National Synchroton	Convênio com financiamento
		University of Florida	Convênio com financiamento
UNICAMP	BIOLOGIA	Eric Bleumink Foundation	Não identificado

	FUNCIONAL E MOLECULAR		
UFSC	FARMACOLOGIA	NIH (EUA)	Bolsas Pós-doutorado a Egresso do PPG
		IBRO - International Brain Research	Auxílio para frequentar cursos e/ou apresentar trabalhos em reuniões científicas internacionais.
UFRGS	C. BIOLÓGICAS	Não há registro	Não há registro

Fonte: CAPES/DAV/Coleta CAPES

No gráfico abaixo, evidenciam-se os principais países parceiros na internacionalização dos 17 programas analisados. Percebe-se atividades mais intensas entre os parceiros mais tradicionais do Brasil, ou seja, Estados Unidos, Canadá, Alemanha e França.

Gráfico 4: Países parceiros na internacionalização dos programas de pós-graduação na Área das Ciências Biológicas II.



Fonte: CAPES/DAV

Um dos principais acordos de cooperação internacional, que marca a história da CAPES e da pós-graduação brasileira, foi assinado em 1978, com o *Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil*, conhecido como Acordo

CAPES-COFECUB, com o objetivo de criar e fortalecer programas de pós-graduação na região Nordeste, ampliando-se, posteriormente, para outras regiões. Contudo, este Acordo voltava-se, exclusivamente, para o ensino e não para a pesquisa (FERREIRA e MOREIRA, 2002). Nas décadas de 80 e 90, ações articuladas entre representantes do Ministério da Educação, Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia foram responsáveis pela expansão do processo de internacionalização da educação superior, em razão dos investimentos canalizados na criação e consolidação de institutos de pesquisa, especializadas em áreas consideradas estratégicas pelas políticas públicas. Neste período, foram muitos os esforços da CAPES para estabelecer cooperação com a Alemanha, Espanha, Portugal, Argentina, Austrália e, posteriormente, Israel, Holanda, Bélgica, procurando ampliar o circuito que, na época, voltava-se mais aos Estados Unidos, Inglaterra e França.

Conforme observado pela UNESCO (2009, p. 75), “em anos recentes, o fluxo dos intelectuais, que é especialmente importante no desenvolvimento de estratégias de longo prazo, tem tido a tendência de uma única direção – do Sul para o Norte”. Eclode desse processo, o problema da “fuga das inteligências” para o exterior, devido às dificuldades de reinserção dos pesquisadores, a valorização profissional e as condições materiais e financeiras de trabalho.

Esta forte vinculação com os Estados Unidos e Alemanha também se justifica pela indução promovida pelos programas de cooperação da CAPES, que envolvem tanto o fomento para a realização de missões de estudos e de trabalho, quanto bolsas de doutorado e pós-doutorado. Dentre estes programas com a Alemanha, por exemplo, podemos citar o programa Novas Parcerias Integradas (i-NoPa), mais uma iniciativa no conjunto das ações de cooperação acadêmica orientada pela demanda entre o Brasil e a Alemanha numa parceria da CAPES com o Deutscher Akademischer Austausch Dienst (DAAD) e a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ); o Programa Bolsas para Pesquisa CAPES/Humboldt; o programa de Intercâmbio Científico Brasil-Alemanha de Curta Duração, entre outros. Percebemos, portanto, que o tradicional circuito da internacionalização se mantém na Área das Ciências Biológicas II, mas coexistem ações com outros países. Embora menos expressivo, os programas também desenvolvem atividades de internacionalização em outros 33 países, situados em todos os continentes.

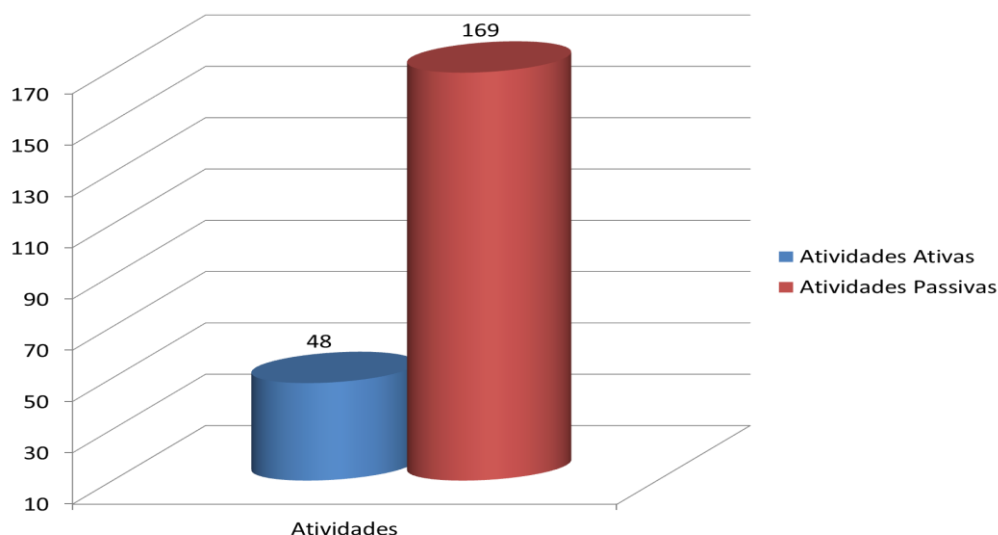
Observamos que, mais recentemente, os programas promovidos pela CAPES vem ampliando a indução das parcerias com os países latino-americanos e com países

de língua portuguesa. Podemos destacar o Programa CAPES PPCP-Mercosul Programa de Associação para Fortalecimento da Pós-Graduação - Setor Educacional do Mercosul, o Programa CAPES/Udelar e o Programa Internacional de Apoio à Pesquisa e ao Ensino por meio da Mobilidade Docente e Discente Internacional (Pró-Mobilidade Internacional), destinado à estruturação, fortalecimento e internacionalização dos Programas de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação das universidades integrantes da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP). Conforme orientações da UNESCO (1999, p. 75) “a importância das parcerias Sul-Sul não deve ser depreciada – as instituições de ensino superior com frequência tem mais a dividir quando há troca de valores operacionais e quando podem comparar experiências semelhantes”.

Em relação às ações de internacionalização, evidenciadas nas categorias A, B e C, foram mapeadas 37 atividades que evidenciam serviço à comunidade científica internacional na forma de associação a corpo editorial de periódicos indexados, organização de simpósios, mesas redondas e outros eventos internacionais. Destacam-se, dentre as principais atividades, a organização e a participação, de docentes e discentes, em eventos internacionais e a participação dos docentes em corpo editorial de periódicos internacionais. Das 27 atividades que evidenciaram a colaboração simétrica no país e no exterior na forma de co-autoria com pesquisadores de outras Instituições, salientamos os convênios de cooperação, a colaboração científica e tecnológica bidirecional, a interação de docentes e discentes com grupos de pesquisa de instituições do exterior. Expressaram-se, na totalidade dos Programas analisados, atividades de publicação em periódicos internacionais, com alto fator de impacto e a apresentação de conferências em reuniões internacionais.

No próximo gráfico, evidenciam-se o número de atividades Ativas e Passivas descritas pelos Programa.

Gráfico 5: Atividades Ativas e Passivas dos Programas de pós-graduação

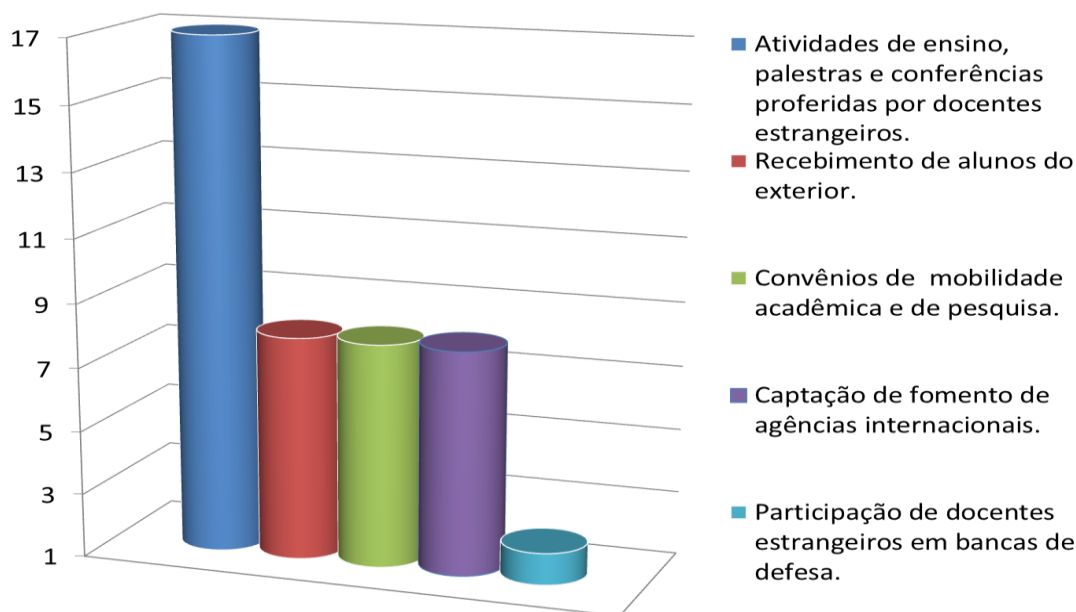


Fonte: CAPES/DAV

Acreditamos que a predominância de atividades passivas deva-se ao grande número de fomentos e programas criados pela CAPES e CNPq que possibilitam a participação em eventos no exterior, a realização de doutorados e pós-doutorados no exterior, entre outras atividades. Por outro lado, as atividades ativas, de recepção de docentes e discentes do exterior, se expressa em menor escala em decorrência, talvez, da falta de visibilidade e internacionalização das nossas instituições, das precárias condições de infraestrutura e dos poucos incentivos financeiros para atração de pesquisadores do exterior.

Dentre as atividades de internacionalização Ativa, relatadas pelos programas, destacam-se:

Gráfico 6: Atividades de internacionalização ativa mais citadas.



Fonte: CAPES/DAV

Dentre as atividades de internacionalização Passiva, destacam-se, majoritariamente, a participação em Corpo Editorial e revisão de periódicos internacionais, a participação em eventos internacionais, a colaboração em pesquisas em instituições estrangeiras, a publicações em periódicos internacionais com alto fator de impacto, a realização de palestras, cursos e organização de eventos em instituições estrangeiras, a realização de estágios e intercâmbios discentes e de Pós-doutorado e a participação em organizações e sociedades internacionais.

Os programas também informaram que parte do corpo docente é bolsista produtividade do CNPq, a captação de recursos nacionais e internacionais para o desenvolvimento das pesquisas, a realização de doutorados sanduíche, de mobilidade estudantil e docente, bem como a formação de estudantes de outros países.

Em relação aos sinais de prestígio acadêmico de nível internacional, os docentes dos Programas são membros de Academias de Ciências no Brasil e no exterior,

participam da Inter-American Society of Hipertension (IASH), do "Editorial Board", da Academia Brasileira de Ciências, dos Conselhos Superiores da CAPES e da FINEP, de Comitê Assessor no CNPq, do Ministério de Relações Exteriores (Divisão de Ciência e Tecnologia - steering Committee on Brazil-EU Cooperation), de organizações internacionais como OPAS, OMS, TWAS, do International Lake Environment Committee - ILEC, da federación de Asociaciones de Neurociencia de Latinoamérica Y del Caribe – FALAN, entre outros. Os docentes também têm recebido prêmios e honrarias, destacando Prêmio Conrad Wessel, Ordem do Mérito Científico e Nacional classes Comendador e Grã-Cruz, Comitê Brasileiro da Pew Charitable Trust Latin American Program in the Biomedical Sciences, entre muitos outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A internacionalização dos programas de pós-graduação é, antes de tudo, um reflexo da mundialização econômica e política, da globalização da comunicação e do caráter global do ensino e da pesquisa nas instituições universitárias. As instituições assumiram um papel fundamental na produção e transferência do conhecimento e a internacionalização tem, como uma de suas funções, aumentar as capacidades nacionais e regionais para o desenvolvimento da formação humana.

Por meio do estudo realizado, percebemos a expressividade do PROEX, para a organização das condições de internacionalização dos programas atendidos, e da CAPES não apenas na avaliação e regulação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, mas nas condições de internacionalização dos programas.

Neste contexto, foi possível perceber o relevante papel da mobilidade acadêmica internacional, especialmente quando não está voltada somente para o aspecto econômico. Para tanto, torna-se necessário incrementar outras formas de aprendizagem induzidas, tais como, investimento em programas sociais, ou mesmo de caráter assistencial, o que possibilita o avanço do desenvolvimento científico e tecnológico dos países envolvidos, além de promover o entendimento intercultural e a cultura da paz.

Algumas ações podem facilitar o enfrentamento dos desafios que integram a agenda atual da gestão da pós-graduação. Assim, com base na pesquisa realizada, são sugeridos a seguir, alguns mecanismos que podem favorecer atendimento da agenda mencionada.

Os programas de cooperação acadêmica entre o Brasil e países da cooperação Sul-Sul devem ser priorizados, especialmente a América Latina, destacando a Argentina e o Continente Africano.

O reforço no custeio dos laboratórios é imprescindível, pois proporciona uma melhor infraestrutura para as atividades de ensino e pesquisa. Por exemplo, a aquisição de equipamentos de alta qualidade, contemplando recursos de informática que viabilizam discussões de projeto em tempo real com pesquisadores em outros estados e de outros países, além de entrevistas de potenciais candidatos estrangeiros a ingressar em Programas de Pós-Graduação no Brasil.

Na análise dos dados financeiros do PROEX, bem como das respostas fornecidas ao questionário aplicado aos coordenadores pelos PPG's da área de Ciências Biológicas II ficou demonstrado à existência de carência de recursos de capital. Neste sentido, sugerimos que a comunidade acadêmica proponha junto a CAPES, soluções para a dificuldade enfrentada, por exemplo, o lançamento de edital na linha de atuação do Programa Pró-Equipamentos, específico para programas nota 6 e 7.

Para o incremento do investimento às atividades de cooperação entre os grupos de pesquisa brasileiros e estrangeiros, podemos sugerir a indução de programas em rede, envolvendo a participação de instituições estrangeiras nos moldes dos programas já existentes, como PROCAD e DINTER.

Na busca da superação das barreiras linguísticas, a Capes vem promovendo cursos de língua inglesa por meio do Programa Ciências sem Fronteiras, entretanto cabe as universidades submeterem outros modelos de apoio, como o financiamento de cursos de língua portuguesa para estrangeiros.

Verifica-se a necessidade de maior visibilidade das ações desenvolvidas pelas universidades, no âmbito da internacionalização, bem como das pesquisas realizadas no Brasil por meio do aperfeiçoamento de seus sites.

Percebeu-se também, que ainda existe uma lacuna em alguns programas de pós-graduação quanto ao aspecto da institucionalização de uma política estruturada no processo de internacionalização interna. Talvez fosse interessante a constituição de grupos de trabalhos ou comissões para assessorar os PPG's de modo a facilitar a capacidade de desenvolver a internacionalização, especialmente a forma ativa, que neste estudo demonstrou fortemente a não predominância.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Elionora Maria Cavalcanti de. Política de Pós-Graduação: um estudo da participação da comunidade científica. Ed. UFSCar, São Carlos, 1998.

BIANCHETTI, Lucídio. Os dilemas do coordenador de Programa de Pós-Graduação: entre o burocrático-administrativo e o acadêmico-pedagógico. In: BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar (orgs.). *Dilemas da Pós-Graduação: gestão e avaliação*. Campinas/SP: Autores Associados, 2009, p.15-99. BRASIL. **LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional: lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, de 23 de dezembro de 1996, Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> , acesso em: novembro 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007**. Modifica as competências e estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera as Leis nºs 8.405, de 9 de janeiro de 1992 e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. **Diário Oficial da União**, de 11 de julho de 2007. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]. **Documento de Área 2009, Ciências Biológica II**, Brasília 2009. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/areas-paginas> , Acesso em outubro de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]. **Relatório de gestão 2004-2010**. Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Capes]. **I Plano Nacional de Pós-Graduação: 1975–1979**. Brasília: 1975. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/panonacional-de-pos-graduacao> . Acesso em: abril 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Capes]. **II Plano Nacional de Pós-Graduação 1982-1985**. Brasília: Capes, 1982. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/planonacional-de-pos-graduacao>>. Acesso em: abril 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Capes]. **III Plano Nacional de Pós-Graduação 1986-1989**. Brasília: Capes, 1986. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/planonacional-de-pos-graduacao>>. Acesso em: abril 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010, v. 1. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/planonacional-de-pos-graduacao>>. Acesso em: dezembro 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010**. Brasília: CAPES, 2005. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/planonacional-de-pos-graduacao>>. Acesso em: dezembro 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Capes]. **INFOCAPES. Boletim Informativo V. 6, N° 2**, abril/junho de 1998. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/publicacoes-antigas> , acesso em: julho de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]. **Avaliação Trienal 2004; 2007 e 2010**. Brasília: Capes 2010. Disponível em: <<http://trienal.capes.gov.br/resultados-finais-da-avaliacao>>. Acesso em: abril 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]. **Sistema Qualis**. Brasília: Capes 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis> . Acesso em dezembro de 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, **Programa Ciências Sem Fronteiras**. Disponível em <http://capes.gov.br/bolsas/bolsas-noexterior/ciencia-sem-fronteiras>> Acesso em: dezembro de 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse estatística do ensino superior 2002. Brasília, 2003. disponível em: <http://www.inep.gov.br/> . Acesso em janeiro de 2014.

BRASIL/MEC/DAU/CAPES: **Sistemas de Credenciamento dos Cursos de Pós-Graduação**: Brasil/Estados Unidos, 1976.

BRASIL. Decreto nº 74.299, de 18 de julho de 1974, dispõe sobre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES] e dá outras providências. Diário Oficial da União – Seção 1, de 19 de julho de 1974. Brasília, DF, 1974 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/busca/> . Acessado em 28/1/2014.

BRASIL. **Decreto n. 53.932**, Altera dispositivos dos Decretos ns. 29741, de 11 de julho de 1951, 50737, de 07 e junho de 1961, 51146, de 05 de agosto de 1961, 49355, de 28 de novembro de 1960, 51405, de 6 de fevereiro de 1962, 52456 de 16 de setembro de 1963, e 53325 de 18 de dezembro de 1963, reunindo num só órgão a Capes, Cosupi e Protec. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53932-26-maio-1964-393973-norma-pe.html>. Acesso em 24/1 de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. [CAPES]. **Portaria nº193** de 04 de outubro de 2011, fixa normas e procedimentos para apresentação e avaliação de cursos novos de mestrado e doutorado. D.O.U. de 18 de outubro de 2011, Seção 1. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/legislação> . Acesso em abril de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001**, estabelece normas para funcionamento de cursos de pós-graduação. Diário Oficial da União, Brasília , 9 de abril de 2001, Seção 1, 12. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/legislação> Acesso em maio de 2013.

BRASIL. **Decreto n. 29.741, de 11 de julho de 1951**. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/07/1951, p. 10425 (Publicação Original).

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 24 de 18 dezembro de 2002**, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 1º e o artigo 2º, da Resolução CNE/CES nº 1/2001, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Diário Oficial da União, de 20 de dezembro de 2002, Seção 1, p. 49.

CASTRO, Claudio de Moura; SOARES, Gláucio Ary Dillon. Avaliando as avaliações da Capes. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 63-73, jul./set. 1983.

CLOSS, Darcy. Capes, 50 anos. Depoimentos ao CPDOC/FGV. Edição Capes/MEC, Brasília, DF. 2002.

CLOSS, Darcy. Apresentação, “Sistema de Credenciamento dos Cursos de Pós-Graduação: Brasil/Estados Unidos”, In Cordova, R. A. CAPES, Origem, realizações, significações. Brasília 1998, v. II, p. 190.

CRESWELL, J. W. , CLARK, V. L. P. **Pesquisa de Métodos Mistos**. Porto Alegre: Penso, 2013.

CÓRDOVA, R. eta al. **A Pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro**. Brasília, UNESCO/CRESALC – MEC/SESU/CAPES, 1996.

CORDOVA, R. A. **CAPES: Origem, realizações, significações**. Brasília: CAPES, 1996. V 1.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz. **Capes, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília: DF: CAPES, 2002.

GATTI, Bernadete et al. **O modelo de avaliação da CAPES**. In: **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/Mar/Abr, n. 22. 2003. p. 137-144.

GUIMARÃES, R. **O futuro da pós-graduação: avaliando a avaliação**. **Revista Brasileira de Pós-Graduação [RBPG]**. Capes, v. 4, n. 8, dez. 2007. p. 282-292.

LIMA, M. C.; CONTEL, F. B., – Períodos e Motivações da Internacionalização da Educação Superior Brasileira, 2009. Anais do 5º IFBAE, 18 e 19 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.ifbae.com.br/congresso5/pdf/b0095.pdf>

MARRARA, Thiago. Internacionalização da Pós-Graduação: objetivos, formas e avaliação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação [RBPG]** Capes, V. 4, n. 8, dez. 2007.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**. Bauru, v.9, nº 2, 2003. p. 91-211.

NETO, Ivan Rocha. **Complexus: tecendo juntos**. Organizações Caórdicas, cap. IX. Mestrado em gestão do conhecimento e da tecnologia da informação. Universidade Católica de Brasília. Editora Paralelo 15, 2011.

NEVES, Abílio Baeta. **Capes: 50 ANOS: depoimentos ao CPDOC/FGV**, Apresentação, Capes/Mec, Brasília, DF, 2002.

ROSA, Leonardo. **Cooperação Acadêmica Internacional**. Dissertação de Mestrado do Centro de Pós-graduação e Pesquisa das Américas da Universidade de Brasília. 2008.

SATALLIVIERI, R. I. L. **O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior**. Educação Brasileira, Brasília, v. 24, n. 48-49, p. 35-57, 2003.

PASQUALI, Sérgio Mário. **Ciência e Tecnologia: Um Desafio Permanente – 1.1 A Base Educacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico**, Parte IV – Conferências. Rio de Janeiro, ADESG, 1984.

SGUISSARDI, Valdemar; BIANCHETTI, L (orgs.). **Dilemas da Pós-Graduação: gestão e avaliação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SPAGNOLO, F.; GUNTHER, H. **Vinte anos de pós-graduação: o que fazem nossos mestres e doutores?** In: **Ciência e Cultura**, v. 38, n. 10, p. 1643 – 1662, 1986.

VELLOSO, J. Mestres e doutores no país: destinos profissionais e políticas de pós-graduação. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 583-611, set./dez. 2004.

_____(Org.). **A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Política e desenvolvimento do ensino superior**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

APÊNDICES

1- Questionário encaminhado aos coordenadores dos programas de pós-graduação.

Apresentação:

O presente estudo tem como escopo a avaliação das estratégias de gestão dos programas de pós-graduação da Área das Ciências Biológicas II, que aderiram ao Programa de Excelência - PROEX. O principal objetivo desta pesquisa é identificar as dimensões e as atividades que norteiam o nível de excelência acadêmica e a internacionalização dos Programas. Neste processo, é fundamental a participação dos coordenadores dos Programas e, por isso, solicitamos sua colaboração.

1- Qual o ano de adesão do seu Programa ao Programa de Excelência Acadêmica–PROEX?

2- Considerando o Plano de Metas Acadêmicas proposto a CAPES, na adesão ao Programa de Excelência Acadêmica–PROEX, ordene as despesas abaixo, distribuídas nas rubricas de custeio e capital, consideradas essenciais ao atendimento das ações a serem implementadas pelo Programa.

Escreva, na coluna à esquerda, 1 para a despesa mais importante, 2 para a segunda mais importante e, assim, sucessivamente.

- Compra e Manutenção de Equipamentos.
- Funcionamento de Laboratórios de Ensino e Pesquisa.
- Pagamento de Taxas Escolares.
- Participação de professores e alunos em trabalhos de campo e coleta de dados no país.
- Participação de professores visitantes nos Programas.
- Participação de alunos de doutorado em eventos no exterior.
- Participação de alunos em eventos no país.
- Participação de professores em eventos no exterior.
- Participação de professores convidados em Bancas Examinadoras de dissertações, teses e exames de qualificação.
- Realização de Eventos Técnico-Científicos promovidos pelo Programa de pós-graduação.
- Aquisição de novas tecnologias em Informática.
- Produção de Material Didático-Instrucional e Publicação de Artigos Científicos.

4- Como você analisa as contribuições do PROEX para a internacionalização do Programa?

- Fundamental
- Muito Bom
- Bom
- Regular

5- O que poderia ser modificado junto ao PROEX, de modo a atender as demandas não contempladas na atualidade?

Quadro 1 - ATIVIDADES ESTRATÉGICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PPG DA C.B. II INSERIDOS NO PROEX

IES	PPG	ATIVIDADES ENVOLVIDAS NA INTERNACIONALIZAÇÃO	ASPECTOS DA INSERÇÃO INTERNACIONAL (categorias A, B e C)	FORMA DE INTERNACIONALIZAÇÃO		DOCENTE	DISCENTE
				ATIVA	PASSIVA		
UFC	FARMACOLOGIA	Atuação de docentes do Programa em corpo editorial de periódicos internacionais.	A		X	X	
		Participação de docentes do Programa em eventos internacionais viabilizada e estimulada através de financiamento do PROEX.	A		X	X	X
		Colaboração através de convênio com instituições estrangeiras de reconhecida excelência.	A		X	X	
		Participação de co-autores estrangeiros na produção do Programa.	A	X	X	X	
		Atuação docentes do Programa com contribuição como revisões de periódicos internacionais.	C		X	X	
		Interação com laboratórios estrangeiros, contemplando intercâmbio entre estudantes e pesquisadores.	A		X	X	X
		Conferências plenas proferidas por convidados estrangeiros em simpósios realizados pelo Programa.	A	X		X	
		Atendimento a alunos do exterior (Cuba, Peru e Argentina)	A	X			X
		Pesquisadores do programa tem mantido colaboração formal com diferentes instituições no exterior visando o intercâmbio tecnológico e de pessoal.	A		X	X	
		Realização de escolas de altos estudos, com a participação de professor do National Institute of Health - NIH-EUA , visando a capacitação de pessoal e o intercâmbio regional e internacional.	B	X		X	
Grupo de pesquisa trabalha de forma integrada e em cooperação com outros laboratórios estrangeiros.	A		X	X			

		Estabelecimento de Convênio Internacional de Pesquisa entre UFC e a University of Virginia, Charlottesville, Va, USA.	A	X	X	X	
		Promoção de programa Internacional de treinamento de pessoal e colaboração em pesquisa com várias instituições de ensino estrangeiras.	B		X	X	
		publicações internacionais e patentes	C		X	X	
		rede internacional de pesquisa com universidades estrangeiras	A	X	X	X	
		O Programa possui projeto aprovado pelo Edital de Colaboração Internacional CAPES-FCT (Portugal)	A		X		X
		participação de docentes do programa em corpo editorial de periódicos internacionais	A		X	X	
UFRJ	BIOFÍSICA	tradição de incentivar o intercâmbio de pós-graduando com laboratório no exterior comprometidos a ministrarem disciplinas teórico-práticas para os alunos do programa	A		X	X	
		acolhida de estudantes estrangeiros no quadro de discente do programa	A	X			X
		publicação de trabalhos científicos em periódicos internacionais por orientadores do programa	A		X	X	
		discentes do programa apresentam trabalhos em congressos no exterior	A		X		X
		colaboração de docentes do programa com cientistas estrangeiros			X	X	
		concessão de prêmio para estudantes de doutorado do programa selecionados para a apresentação de trabalho em congresso no exterior	A		X		X
		concessão de prêmio para estudantes de doutorado do programa selecionados para a apresentação de trabalho em congresso no exterior	A		X		X
		submissão de proposta de utilização do programa Ciências sem Fronteiras para atração de pesquisadores visitantes estrangeiros e jovens talentos do exterior		X		X	
		palestras proferidas no programa por estrangeiros ou brasileiros radicados no exterior	A	X		X	X
		Alunos de graduação e de pós-graduação realizam estágios em diversas instituições do exterior.			X	X	X

	participação de estrangeiros nas bancas de projeto de tese e nas bancas de tese de doutorado por uso dos sistemas de vídeo-conferencia do programa.		X		X	
	Publicação de trabalhos científicos em revistas com alto indice de impacto	C		X	X	
	Docentes convidados por revistas de alto indice de impacto para escreverem revisões sobre seus temas de pesquisa.	C		X	X	
	Grande número de citações de artigos publicados por docentes do programa.	B			X	
	Grande número de docentes são parte do grupo de revisores e do corpo editorial em revistas importantes em suas áreas	C			X	
	Significativo número de docentes são convidados a proferir palestras no exterior e a organizar eventos científicos internacionais em suas áreas específicas			X	X	
	Grande número de docentes possuem projetos aprovados e financiados por agências de fomento nacionais e internacionais	B		X	X	
	Docentes membros da Academia Brasileira de Ciências	C			X	
	Docentes com condecoração da Ordem Nacional do Mérito Científico	C			X	
	Docentes exercem atividades academicas de relevancia na Academia Brasileira de Ciências	C			X	
	Docentes ocupam posições como membros de Conselho Superiores da CAPES e da FINEP, Coordenador de Áreas da CAPES; membros de Comitê Assessor no CNPq e na FAPERJ; do Ministério de Relações Exteriores(Divisão de Ciência e Tecnologia - steering Committee on Brazil-EU Cooperation)	C			X	
	docentes atuam como consultores de todas as Agências de fomento brasileiras, bem como em organizações internacionais como OPAS, OMS, TWAS, do International Lake Environment Committee - ILEC, da federación de Asociaciones de Neurociencia de Latinoamérica Y del Caribe - FALAN.	C		X	X	
	Criação de Coordenação de Relações Internacionais, a qual é coordenada por docente do programa.				X	

		Organização de congressos e cursos internacionais por docentes do programa	A		X	X		
UFRJ	QUÍMICA BIOLÓGICA	participação de expressivo número de alunos do programa que são bolsistas da CAPES em eventos científicos e/ou acadêmicos no exterior, com recursos do PROEX .	B		X		X	
		Concessão de bolsas de pós-doutorado no exterior	B		X			
		projetos em colaboração com pesquisadores de várias instituições estrangeiras			X	X		
		Interação com grupos de pesquisa no exterior			X	X		
		colaboração com docentes e pesquisadores do exterior vinculados a várias redes com Genoprot, projeto CAPES/MEC, programa CAPES/COFFECUB de colaboração Internacional com a França			X	X	X	
		docentes têm recebido prêmios e honrarias, destacando Prêmio Conrad Wessel, Ordem do Mérito Científico e Nacional Iasses Comendador e Grã-Cruz	C				X	
		Alguns docentes do programa são membros da Academia dos Países em Desenvolvimento (TWAS)	C				X	
		Membros do corpo docente fazem parte do corpo editorial de periódicos internacionais de alto impacto na base de dados do JCR.	A		X	X		
		Membros do corpo docente fazem parte do Conselho e da Presidência de sociedades científicas, tais Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular	C				X	
		participação de docentes em organização de congressos internacionais	A		X	X		
		Participação de docentes como conferencista convidados em simpósios e congressos internacionais	A		X	X		
		alguns membros do corpo docentes são pesquisadores 1A do CNPq	B				X	
		As teses e dissertações resultam em trabalhos publicados em revistas científicas de circulação internacional	A		X	X		
		Estudantes do programa publicam em periódicos indexados de alto impacto (estrato A2).	C				X	
UFRJ	CIÊNCIAS	Intercambio Internacional com instituições estrangeiras.			X	X		

MORFOLOGICAS	Projetos de cooperação internacional			X	X	
	organização de workshop em parceria com instituições estrangeiras	A		X	X	
	Acordo de cooperação institucional com instituições estrangeiras			X	X	
	Cooperação COFFECUB-França			X	X	
	participação de alunos do programa em eventos internacionais em instituições estrangeiras.	A		X		X
	realização de estágio de doutorado sandwiche em país estrangeiro.	B		X		X
	publicação de trabalhos com participação de aluno egresso do programa em revista científica internacional	A		X		X
	Envolvimento de alunos e docentes de doutorado do Programa que desenvolve PD em laboratório de universidade estrangeira.			X		X
	Estágio PD de docente do Programa			X	X	
	Colaboração entre docentes do Programa e docentes de instituições estrangeiras com envolvimento de alunos de mestrado e/ou doutorado e PD			X	X	X
	Envolvimento de aluno estrangeiro em colaboração entre docente do Programa e docente de instituição estrangeira.			X		X
	Participação de docentes em mesa redonda em congresso internacional.	A		X	X	
	Organização e participação de docente do Programa como membro de Comissão Científica organizadora de congressos internacionais.	A			X	
	Docentes proferiram a convite conferências em eventos internacionais.	A		X	X	
	Participação dos docentes do Programa como revisores e membros de corpo editorial de periódicos internacionais	A		X	X	
	Docentes do Programa membros da Academia Brasileira de Ciências (ABC)	C			X	
	Docentes membros da TWAS.	C			X	
	Docentes de corpo editorial de revista científica nacional e internacional.	A		X	X	
	Docentes do Programa membros da Ordem do Mérito Científico do Governo.	C			X	
	Docentes membros de Diretoria de Sociedades Científicas brasileiras.	C			X	

		docentes membros de Comitê Brasileiro da Pew Charitable Trust Latin American Program in the Biomedical Sciences	C		X	X	
		Docentes do Programa são membros de Diretorias de Sociedades Científicas Estrangeiras.	C		X	X	
		Participação de docentes do Programa da proposição e execução da Escola de Altos Estudos da CAPES em conjunto com pesquisadores estrangeiros.			X	X	
		Estabelecimento de convênio com Academia de Biologia da Eslovênia.			X	X	
UFRJ	FISIOLOGIA	Quase totalidade dos docentes do Programa atua como revisores de periódicos científicos internacionais.	A		X	X	
		Uma parcela significativa dos docentes do Programa faz parte de corpo editorial de periódicos científicos internacionais.	A		X	X	
		Uma parcela significativa dos docentes do Programa é editor de revistas nacionais e internacionais.	A		X	X	
		Muitos docentes são convidados para escreverem revisões em periódicos científicos internacionais	C		X	X	
		Vários docentes são convidados para ministrarem conferências, palestras e aulas em congressos internacionais e em instituições de pesquisa estrangeiras de grande reconhecimento na sociedade científica.	A		X	X	
		Alguns docentes possuem financiamento de agências internacionais como NIH, TWAS, entre outras.	B	X		X	
		Muitos docentes do Programa apresentam colaboração com laboratórios de diferentes centros de pesquisa seja através de vínculo oficial (Programas específicos) ou iniciativas individuais.			X	X	
		Colaborações permitem intercâmbio entre discentes do Programa com discentes dos diferentes centros de pesquisa internacionais.			X		X
		Docentes do Programa publicam trabalhos científicos em revistas com alto índice de impacto e apresentam grande número de citações	C			X	
		Trabalhos científicos publicados por docentes do Programa são em Qualis A (A1 + A2) e Qualis B1.	B			X	

		Colaboração através de projetos CAPES/COFFECUB, CAPES/GDU (intercâmbio Internacional com Espanha.			X	X	
		Intercâmbio científico internacional com várias instituições do exterior através de colaboração docente de livre iniciativa.	A			X	
		Participação de alunos de graduação e pós-graduação em realização de estágio em diversas instituições estrangeiras.			X		X
		Acolhimento de estudante estrangeiro no Programa.		X			X
		Participação de egresso do Programa em intercâmbio com laboratório de docente de instituição do exterior e posteriormente contratado como orientador colaborador do Programa.	B		X		X
		Colaboração de docentes com diversos pesquisadores de instituições estrangeiras.	A		X	X	
		Docentes membros da Academia Brasileira de Ciências.	C			X	
		Docentes foram reconhecidos com honrarias, tais como a Ordem do Mérito Científico Nacional Classe Comendador, governo do Brasil.	C			X	
		Diversos docentes são ou foram presidentes e membros de diretoria de sociedades científicas.	C			X	
		Docentes mantêm projetos aprovados por agências de fomento de países de grande tradição em pesquisa como o NIH/USA, COFFECUB/França	B	X		X	
		Alunos do Programa obtiveram prêmios por seus trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais.	A		X		X
		Docentes receberam honrarias tais como, prêmio Leloir de Ciência e Tecnologia do Governo Argentino, Recognized Health Educator Award, DOHAD - Developmental origins of health and disease Society.	C			X	
FIOCRUZ	BIOLOGIA MOLECULAR E CELULAR	Docentes possuem convênios formais e informais com várias instituições de ensino/pesquisa no exterior	A		X	X	
		Parcerias traduzidas em visitas, cursos, seminários, co-orientação de pós-graduandos e estágios em seus laboratórios no exterior.	A		X	X	X
		Iniciativas de grupos de docentes permanentes com seus pares em universidades estrangeiras.	A		X	X	

		Cursos internacionais na Argentina e Moçambique financiados pelo Ministério das Relações Exteriores e CAPES.			X	X	
		Visitas de pesquisadores estrangeiros ao Programa.		X		X	
		Pesquisadores e alunos brasileiros em temporadas no exterior.	B		X	X	X
		Docentes do Programa desenvolvem cursos(turma fora de sede) de pós-graduação internacional em Moçambique e Inglaterra.	A		X	X	
		Alunos de mestrados e doutorado de outros Países com bolsas PEC-PG no Programa.			X		X
		Alunos do Programa fazendo estágio sandwiche no exterior.			X		X
		Participação de alunos do Programa em disciplinas e/ou eventos científicos internacionais.	A		X		X
		Intercâmbio de alunos do Programa com pesquisadores estrangeiros.			X		X
		Projetos desenvolvidos por docentes do Programa são financiados por agências internacionais.	B	X		X	
		Docentes do Programa são membros da Academia Brasileira de Ciências.	C			X	
		Envolvimento de docentes permanentes do Programa em depósito de patentes internacionais.			X	X	
		Formação de doutores através de estágios de Pós-doutoramento no exterior.			X		
		Coordenação de disciplina e de seminários internacionais por docentes permanentes do Programa.	A		X	X	
		Palestras proferidas por pesquisadores do exterior no Programa.	A	X		X	
UFMG	BIOQUÍMICA E IMUNOLOGIA	Transito bi-direcional de vários cientistas estrangeiros e do Programa em curtos estágios, congressos ou envolvendo colaborações científicas duradouras.	A	X	X	X	
		Participação de alunos do Programa com bolsas sandwiche no exterior.			X		X
		Participação de alunos do programa em estágios e cursos de curta duração no exterior.			X		X
		Vários docentes do Programa participam do corpo editorial de revistas científicas internacionais.	A		X	X	

		Trabalhos publicados em revistas internacionais com participação de discentes do Programa.	A		X	X	X
		Várias cooperações com Universidades e institutos de pesquisa no exterior.			X	X	
		Orientação ou co-orientação de alunos de instituições estrangeiras por docentes do Programa.	A		X	X	
		Diversos pesquisadores de diferentes instituições estrangeiras são convidados para proferirem palestras em seminários do Programa.	A	X		X	
		Diferentes docentes do Programa mantêm estreita colaboração com pesquisadores de Universidades e centros de pesquisa nacionais e internacionais e frequentemente são convidados para proferirem palestras e conferências em eventos no Brasil e no exterior.	A		X	X	
		Docentes do programa fazem estágios do tipo sandwiche no exterior com bolsa da CAPES, CNPq e WHO.			X	X	
		Acolhimento de estrangeiros como alunos do Programa.		X			X
		Docentes do Programa participam de Diretoria de Sociedades Científicas como membros, presidentes, vice-presidentes, tesoureiros e secretários.	C			X	
		Premiações internacionais atribuídas a discentes do Programa.	C				X
		Formação de mestres e doutores de diferentes Países estrangeiros.	B	X			X
		Docentes fazem parte da Academia Brasileira de Ciências.	C			X	
		Docentes permanentes do Programa são pesquisadores bolsistas do CNPq nível 1, sendo alguns categoria 1A.	B			X	
UFMG	FISIOLOGIA E FARMACOLOGIA	Docentes permanentes do Programa são membros de corpo editorial de periódicos de circulação internacional.	A		X	X	
		Participação de docentes como revisores "ad hoc" de periódicos internacionais.	A		X	X	
		Membro do corpo docente do Programa é vice-presidente eleito da International American Society of Hypertension.	C			X	
		Prêmios são recebidos por alunos do Programa em congressos internacionais.	A		X		X

		Participação de membros do corpo docente do Programa na Diretoria da Inter-American Society of Hypertension (IASH) - Board of Trustees e Assistant Secretary.	C		X	X	
		Contratação de docentes bem qualificados com especialização internacional.				X	
		Publicação de artigos em periódicos de referencia internacional.	C		X	X	
		Convênio Brasil-Alemanha (CAPES-PROBAL) com intercâmbio bilateral de estudantes e docentes.		X	X	X	X
		Participação discente na produção científica em periódicos internacionais.	A		X		X
		Forte proporção de artigos com participação discente nos estratos mais altos.	B				X
		Integração da maioria dos docentes permanentes com grupos de pesquisa estrangeiros, envolvendo intercâmbio de alunos e publicações em conjunto.	A		X	X	
		Grande parcela dos docentes permanentes do Programa são pesquisadores do CNPq nível 1 e pesquisadores 1A.	B			X	
		Docentes do Programa membros da Academia Brasileira de Ciências.	C			X	
		Promoção de intercâmbio acadêmico entre docentes e estudantes de graduação da área de Ciências Biomédicas do Brasil e dos EUA, através de Programa de Consórcio em Educação Superior Brasil-Estados Unidos - CAPES-FIPSE.		X	X	X	X
		Eventos internacionais são organizados por docentes do Programa.	A		X	X	
USP	BIOQUÍMICA	Participação de docentes em eventos internacionais incluindo congressos, conferências, simpósios e workshops.	A		X	X	
		Docentes atuam como organizadores de eventos internacionais.	A		X	X	
		Vários docentes mantém colaboração com grupos de pesquisa no exterior.			X	X	
		Docentes publicam em colaboração com colaboradores internacionais.	A		X	X	
		Colaboração de docentes tem viabilizado a realização de estágios sandwiche por alunos do Programa.			X	X	X

		Diversos alunos participam de eventos e visitas de curta duração no exterior.	A		X		X
		Estabelecimento de convênios formais com outros programas de instituições no exterior.			X	X	
		Organização de disciplinas ou Workshops com participação de professores estrangeiros visitantes.	A	X		X	
		Alguns docentes permanentes do Programa dispõem de recursos de agências Internacionais.	B	X		X	
		As atividades de colaboração dos docentes tem viabilizado a realização de sanduiche por alunos do Programa.			X		X
		Prêmios e honrarias são recebidos pelos orientadores e alunos: Membro da TWAS, membro da Academia Brasileira de Ciências, Medalha de Ordem do Mérito e outros.	C			X	X
		Docentes participam do corpo editorial de revistas nacionais e internacionais.	A		X	X	
		Docentes do Programa são membros da Academia Brasileira de Ciências.	C			X	
		Docentes do Programa são membros da Academy of Sciences for the Developing World.	C		X	X	
		Alguns docentes permanentes fazem parte da diretoria do Conselho da Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular.	C			X	
USP	FARMACOLOGIA	Docentes contam com recursos de convênios com várias instituições estrangeiras.	B	X		X	
		Envio de pós-graduando a centros de excelência no exterior.			X		X
		participação de alunos do Programa de intercâmbio internacionl.			X		X
		Vinda de pofessores estrangeiros para estadias de curta duração para participarem em cursos/disciplinas do Programa ou para discussão de projetos de pesquisa realizados em colaboração.	A	X		X	
		Visitas de pesquisadores de instituições internacionais no Programa para proferirem palestras nos diversos cursos de pós-graduação.	A	X		X	
		Participação em congressos internaionais que estimula a apresentação pelos alunos de trabalhos sob a forma de painéis e comunicação oral.	A		X		X

		Viabilização de novos projetos envolvendo colaboração por meio de convênios bilaterais.			X	X	
		Estimulo ao intercâmbio multidisciplinar através da organização de simpósio com a participação de pesquisadores internacionais de diferentes áreas de atuação.	A	X		X	
		Participação de alunos de doutorado em estágio no exterior.			X		X
		Participação de docentes do Programa em Sociedades Científicas.	C			X	
		Docente do Programa como Presidente da Inter-American Society of Hipertension (IASH), membro do "Editorial Board" e outros.	C		X	X	
		Docentes do Programa são membros de corpo editorial de periódicos internacionais.	A		X	X	
		A promoção da inserção internacional do Programa reflete-se principalmente na produtividade científica em revistas científicas internacionais com alto índice de impacto.	C			X	
		Produção intelectual com desempenho equivalente a de centros internacionais de excelência.	B			X	
USP	FISIOLOGIA HUMANA	Desenvolvimento de projetos de pesquisa em conjunto com laboratórios do exterior.			X	X	
		Visitas de docentes do Programa a centros de pesquisas de excelência no exterior.			X	X	
		Visitas de pesquisadores estrangeiros ao Programa.		X		X	
		Seminários internacionais organizados por docentes do Programa.	A			X	
		Cursos da Pós-graduação ministrados por pesquisadores estrangeiros visitantes.	A	X		X	
		Estágio de docentes e alunos no exterior.			X	X	X
		Participação ativa de docentes e alunos em congressos internacionais, com apresentação de trabalhos, painéis e conferências.	A		X	X	X
		Docentes tem alto envolvimento institucional internacional como: cargo de diretoria do Instituto de Ciências Biomédicas, participação em comissões de Biotério e outros	C				X

		Docentes partipam de conselho editorial e da assessoria de várias revistas científicas nacionais e internacionais.	A		X	X	
USP/RP	FARMACOLOGIA	Docentes do Programa matém interações com grupos de pesquisas no exterior.			X	X	
		Laboratórios vinculados ao Programa mantém colaboração com diversos laboratórios internacionais, especialmente da Europa, EUA e Canadá.			X	X	
		Desenvolvimento de projetos e publicações em conjunto com pesquisadores do exterior.	A		X	X	
		Visitas mútuas de pesquisadores e estágios de pós-doutorado no exterior de ex-alunos egressos do Programa.			X	X	X
		Estágios no exterior de alunos de doutorado do Programa.			X		X
		Contratação de ex-aluno do Programa em instituição de ensino estrangeira.			X	X	
		Participação de alunos do Programa em estágio em laboratórios internacionais.			X		X
		Incentivo do Programa para participação de alunos em Congressos, Simpósios e Cursos no exterior.			X		X
		Apresentação de trabalhos em Congressos ou Simpósios no Exterior.	A		X	X	
		Publicações conjuntas com pesquisadores do exterior.	A		X	X	
		Vinda de pesquisador visitante do exterior.	A	X		X	
		Docentes do Programa como membros de Academias de Ciências no Brasil e no exterior.	C		X	X	
		Prêmios e menção honrosa a docentes do Programa.	C			X	
Prêmios, homenagens e menção honrosa a alunos do Programa em participação em congressos no exterior.	C		X	X			
USP/RP	FOSIOLOGIA	Publicação em periódicos de circulação internacional.	A		X	X	
		Colaboração científica que inclui visitas de pesquisadores estrangeiros ao Programa.	A	X		X	
		Estágio de alunos do Programa no exterior (doutorado sanduiche).			X		X
		Estágio de pós-doutorado de egresso do Programa no exterior.			X		X

		Alunos estrangeiros realizando estágio no Programa.		X			X
		Participação de docentes estrangeiros em bancas no Programa.		X		X	
		Cursos e mini-cursos ministrados por docentes estrangeiros.		X		X	
		Intercâmbio científico estabelecido com vários centros de pesquisa no exterior.			X	X	
		Participação de membros do corpo docente do Programa em comitê organizador de reuniões internacionais.	A		X	X	
		Viagens de docentes permanentes do Programa ao exterior por temporadas maiores que 3 meses.			X	X	
		Participação de docentes do Programa em congressos e eventos científicos no exterior.	A		X	X	
		Livros editados em inglês ou outro idioma na produção intelectual.	B			X	
		Obtenção de financiamento de centros de pesquisa no exterior.	B	X		X	
		Projetos de cooperação e intercâmbio tem sido estimulado, inclusive com a participação de pós-graduandos por meio dos programas sanduiche da CAPES, CNPQ E USP/COFFECUB.			X		X
		Docentes do Programa desenvolvem projetos de pesquisa em colaboração com laboratórios de várias instituições do exterior.			X	X	
		Pós-graduandos realizam estágios em laboratórios de diversas instituições estrangeiras.			X		X
		Visitas são realizadas ao Programa por professores estrangeiros.		X		X	
		Obtenção de financiamento de centros de pesquisa no exterior.	B	X		X	
		Docentes detentores de prêmios e menções honrosas (Federação das Sociedades de Biologia Experimental).	C			X	
UNICAMP	BOLOGIA FUNCIONAL E MOLECULAR	Atividades de Pesquisa dos docentes do Programa em colaboração com pesquisadores estrangeiros.			X	X	
		Participação de docente do Programa em colaboração Científica por meio de Convênios firmado entre a UNICAMP e universidades estrangeiras.			X	X	

		Participação de docentes em projeto de cooperação internacional (CAPG-BA financiado pela CAPES-SPU), entre cursos de pós-graduação em Biologia/UNICAMP e universidade estrangeira.			X		X
		Projetos Associados em Rede CAPES-MINCYT, coordenado por docente do Programa pela parte brasileira e por docente estrangeira pela parte da Argentina, e conta também com envolvimento de docentes de outras universidades brasileiras e de estrangeiras.		X	X	X	
		Convênio de cooperação com universidade estrangeira para desenvolvimento de projetos em áreas específicas da Biológicas visando o intercâmbio de pesquisadores nas duas instituições e o desenvolvimento de projetos conjuntos nas determinadas área.		X	X	X	
		Docentes do Programa mantém colaboração em projeto de pesquisa com pesquisadores de instituições de diversos países do exterior.			X	X	
		O Programa conta com alunos estrangeiros no doutorado e no mestrado.		X			X
		Doutorandos e mestrandos do Programa realizam estágio de curta duração no exterior.			X	X	X
		Visita de pesquisadores estrangeiros ao programa, com o objetivo de ampliar a colaboração com outros grupos da Unicamp e trocar experiências com os alunos do Programa.		X		X	X
		Docentes participam do corpo editorial de revistas científicas de alcance internacional.	A			X	
		docente do Programa eleito como membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC)	C			X	
		docente do Programa Presidente da Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular (SBBq).	C			X	
		docente do Programa autor brasileiro com maior número de publicação na revista Toxicon, revista específica da área de pesquisa do referido docente	C			X	
UFSC	FARMACOLOGIA	Participação de alunos e de orientadores em congressos e cursos realizados no exterior.			X	X	X

		Realização de pós-doutorado no exterior por egressos do Programa recebendo bolsa de órgãos de financiamento americano - NIH.	B	X			X
		Participação de aluno do doutorado em cursos e/ou apresentação de trabalhos em reuniões científicas internacionais com auxílio de organização estrangeira.	B	X			X
		Realização de pós-doutorado no exterior por alguns egressos do Programa.			X		X
		Emissão de pareceres por docentes do Programa para revistas internacionais.	A		X	X	
		Colaboração internacional de docentes do Programa com várias instituições de pesquisa de renome no exterior.			X	X	
		Palestras proferidas por convidados estrangeiros em seminário semanal do Programa.	A	X		X	
		Desenvolvimento de pesquisa em parceria com industrias farmaceuticas internacionais.			X	X	
UNIFESP	BIOLOGIA MOECULAR	Docentes do Programa mantém colaborações internacionais com financiamento do CNPq, FAPESP e da CAPES.			X	X	
		Docentes do Programa mantém colaborações sem financiamento específico, com diversas universidades estrangeiras que resultaram em publicações envolvendo docentes e estudantes/egressos/pós-doutorandos.			X	X	X
		O programa conseguiu convênios internacionais com financiamentos.	B	X		X	
		Vários pesquisadores do programa são frequentemente convidados a organizar congressos internacionais, proferir conferencias em Congressos e simpósios internacionais realizados no exterior.	A		X	X	
		Docentes orientadores do programa são membros da Ordem Nacional do Mérito Científico da Presidencia da República na classe Comend-Cruz.ador e na classe Grã-Cruz.	C			X	
		Docentes do Programa estão envolvidos, seja como membro ou na coordenação de institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs).	C			X	

		77% dos docentes orientadores permanentes do Programa são bolsistas de produtividade do CNPq.	B			X	
		Docentes do Programa são membros do corpo editorial e prestam assessorias a várias revistas internacionais.	A		X	X	
		Docentes do Programa prestam assessoria a Agências de Fomento e Ministérios como CAPES, CNPq, FACEPE, FAPERJ, FADF, FAPESP, FINEP, MMA, MEC, MCT&I, Conselho de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, National Institute of Health (NIH,USA), IFS (International Foundation for Science, IStockledm, Sweden), Argentina.	C			X	
		Participação de docentes e estudantes em congressos internacionais realizados no exterior apresentando seus resultados seja na forma de conferencia, mesa-redonda, simpósio ou apresentação de pôsteres.	A		X	X	X
		Prêmios internacionais outorgados a discentes egressos do doutorado como, ARVO 2010 Annual Meeting; Prêmio American Association of Ophthalmology.	C				X
		Prêmio ISTH (trabalho mais relevante no congresso ISTH) outorgado a membro do corpo docente orientador permanente do Programa.	C			X	
		Patentes registradas e/ou depositadas no exterior por docentes permanentes do Programa.	B		X	X	
		Docentes orientadores do programa são membros da Academia de Ciências do Estado de São Paulo (ACIESP).	C			X	
		Docentes orientadores do programa são membros da Academia Brasileira de Ciências (ABC).	C			X	
UFRGS	BIOQUÍMICA	Docentes do Programa mantém intercâmbio/cooperação com várias instituições estrangeiras			X	X	
		Docentes do Programa regularmente organizam atividades(eventos) de extensão envolvendo a comunidade e geral.	A			X	
		O Programa recebeu docente de universidade estrangeira para desenvolvimento de atividades de ensino, seminários do Programa, ministrar disciplina.	A	X		X	

	Docente estrangeiro desenvolveu atividades na orientação de vários projetos de pesquisa e de alunos de mestrado e de doutorado do Programa.		X		X	
	O Programa mantém colaboração com diferentes departamentos e institutos de Universidades do exterior.			X	X	
	Existem colaborações com docentes do Programa e instituições relevantes de pesquisa do exterior.			X	X	
	Os docentes do Programa participam do conselho científico e assessoria de revistas internacionais.	A		X	X	
	Parte do corpo docente é bolsista de produtividade do CNPq.	B			X	
	Existem colaborações com docentes do Programa em laboratórios de Universidade no exterior , como Laboratory of Neurobiology, NIH, BE, USA			X	X	
	Participação de docentes do Programa como revisores de periódicos internacionais.	A		X	X	
	O programa mantém Convênio Projeto CAPES MES/CUBA.			X	X	
	O Programa tem apoiado os egressos através de projetos em colaboração e recebimento de alunos de pós-doutorado.	B				X